



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0632/11	DATA: 31/05/2011
INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 18h19min	DURAÇÃO: 03h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h23min	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate acerca da Reforma Política.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, boa tarde.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 20ª reunião ordinária, realizada no último dia 26 de maio.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, tendo em vista a distribuição dos avulsos da ata, solicito a dispensa da sua leitura. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não havendo manifestação em contrário, declaro dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, deixo de submetê-la à deliberação, por falta de número regimental, de *quorum* para tanto.

Expediente.

Ofício nº 227, de 2011, da Deputada Rosane Ferreira, que justifica sua ausência à reunião deliberativa ordinária do último dia 24 de maio, em virtude de se encontrar participando, no mesmo dia e horário, de reunião da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas.

Embora não tenha viajado para Curitiba na última sexta-feira e já tenha recebido informações do sucesso da conferência naquela Capital, eu solicito ao Deputado Sandro Alex e à Deputada Rosane Ferreira, por gentileza, que façam uso da palavra neste instante para informar o Plenário do andamento dos trabalhos naquela conferência.

Com a palavra o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima.

Srs. e Sras. Parlamentares, membros da imprensa, na última sexta-feira, nós recebemos, na Capital do Paraná, Curitiba, audiência pública da Comissão Especial da Reforma Política. O nosso Vice-Presidente, Deputado Edinho Araújo, esteve presente, designado pelo nosso Presidente Almeida Lima. E digo, Presidente, que S.Exa. o representou com muita competência e muita maestria. Lá compareceram 15 Parlamentares.



Sr. Presidente, pela primeira vez — não tenho conhecimento de outra ainda —, essa audiência pública envolveu as duas Casas. Nós tínhamos dois Senadores que acompanharam a audiência pública. Nós tivemos a honra da presença da Senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná, e do Senador Aníbal Diniz, do Acre. Os dois acompanharam a nossa audiência pública, que contou também com a presença dos Deputados Estaduais.

Eu também vou pedir à nossa Deputada Rosane, companheira do Paraná que esteve à frente dos trabalhos, para falar um pouco sobre a presença feminina e as reivindicações das mulheres do Paraná para esta Comissão.

Lá estiveram também o Deputado Edmar Arruda, da nossa Comissão, e demais Parlamentares do Paraná.

Nós demos a palavra a praticamente 30 representantes de segmentos distintos da população. Todos tiveram a oportunidade de participar: a Ordem dos Advogados do Brasil, a FIEP, a CUT, as entidades ligadas às mulheres, povos indígenas, as minorias representadas, a Universidade Federal do Paraná.

Nós estamos trazendo as notas taquigráficas a esta Comissão e ao nosso Relator Henrique Fontana, para que a contribuição do Paraná, a reivindicação, as ideias, as sugestões possam ser analisadas e que estejam aqui apresentadas ao nosso Relator.

Então, quero agradecer muito a V.Exa. por ter enviado o Vice-Presidente Edinho Araújo a essa audiência, agradeço também ao próprio Vice-Presidente a presença e agradeço a todos os que compareceram à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós passaremos as notas taquigráficas ao nosso Relator, Deputado Henrique Fontana. Foi realmente uma brilhante audiência. As notas serão encaminhadas a V.Exa., para essa contribuição que o Paraná está dando, inclusive pelas duas Casas, tanto a Câmara quanto o Senado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Devo informar ao Parlamentar Sandro Alex e aos demais que a todas as conferências nos Estados temos mandado expediente de convite à bancada federal do Estado na Câmara e também à bancada federal do Estado no Senado Federal. É evidente que a algumas



têm comparecido os Senadores, a outras, não. Mas todos têm recebido a atenção desta Comissão, desta Presidência, na formulação do convite para se fazerem presentes.

Gostaria de ouvir também a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Com prazer, Sr. Presidente.

Primeiro, ratifico a fala do Deputado Sandro Alex, que assumiu a frente da organização dos trabalhos no Paraná, juntamente com o Deputado Edinho Araújo. Realmente fizeram um excelente trabalho. Nós compusemos a Mesa, mas S.Exas. souberam conduzir, com maestria, uma audiência que começou às 10 horas, terminou por volta das 13h30min e que deu possibilidade a quase todos os interessados... Na verdade, em decorrência da hora, alguns deixaram de estar presentes, mas quem se manteve lá fez uso da palavra e conseguiu contribuir, de uma forma ou de outra, para o bom andamento do trabalho, e com sugestões.

O Sr. José Mário lá estava, muito profissional, atento a todas as colocações feitas.

E se sobressaiu a participação feminina no nosso Estado, que, pela primeira vez, elegeu uma Senadora — nós temos, pela primeira vez em toda a história do Paraná, uma Senadora eleita, que lá estava, a Senadora Gleisi Hoffmann — e que elegeu, pela primeira vez, duas Deputadas Federais. Então, nosso Estado está com muita vontade de ver essa representatividade feminina no poder político se fazer valer. Lá estiveram a UBM, a União Brasileira de Mulheres, e outros movimentos de mulheres, para reivindicar uma maior participação das mulheres na política partidária, mas fazendo isso com comedimento, com os pés no chão, de uma forma amadurecida.

Então, foi muito bom. Acabamos divulgando a conferência na mídia. Foram várias as entrevistas para tevês e rádios locais. Colocamos o tema na mídia e demos visibilidade ao trabalho que fazemos aqui nesta Casa.

Finalizando, quero parabenizar o Deputado Sandro Alex, o Deputado Edinho Araújo, que estavam à frente desse trabalho, e, por extensão, a Comissão, ou seja, todos nós.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço, portanto, aos dois Parlamentares do Estado do Paraná o relato que fizeram acerca da conferência naquele Estado, na última sexta-feira.

Na última segunda-feira — ontem, portanto —, estive presidindo a conferência em Salvador, na Bahia, ao lado do nosso Relator, Deputado Rubens Otoni. Também foi um sucesso, com a presença muito grande de integrantes da sociedade local, Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos, Secretários de Estado e muitos líderes representantes de movimentos sociais, sobretudo, Deputada Rosane Ferreira, segmentos de mulheres, negros...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - As mulheres estão realmente decididas a fazer uma revolução. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E o Relator dorme e acorda pensando em como mediar essa coisa toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Começamos pouco antes das 15 horas, e a audiência se estendeu até pouco tempo após as 19 horas. Então, realmente tivemos um bom debate. Foi uma sessão em que houve uma participação muito grande do movimento negro, do movimento de mulheres. Foi enriquecedor para o debate.

Eu acho que há necessidade realmente de dar uma atenção especial a esses movimentos, na medida da legitimidade de seus pleitos, não deixando de levar em consideração que problemas existem. Apenas há uma necessidade, a meu ver, de estabelecer, de forma correta, o foco dessa luta.

É preciso direcionar o foco dessa luta, até para que não haja, digamos, um desperdício dessa energia, dessa força desses movimentos sociais. Eu acho que não está, digamos, ligado sobretudo ao machismo, ou ao perfil, ou à tendência, ou à pretensão dos homens de excluir a participação das mulheres, mas ao sentido de as mulheres fazerem valer o seu ponto de vista diante de toda a sociedade. E nós sabemos que elas são maioria na população brasileira. Ou seja, é um foco que precisa ser devidamente direcionado, não deixando de levar em consideração que isso decorre de todo um processo histórico, cultural, não apenas no nosso País, mas também nos diversos países, inclusive aqueles considerados de Primeiro Mundo.



São espaços conquistados, e é preciso haver, na minha avaliação, exatamente um avanço, sem a preocupação de antagonismo, sobretudo quanto ao gênero, quanto ao sexo.

Acho que é preciso que haja uma afirmação de todos esses segmentos considerados minoritários, como os movimentos dos negros, dos índios e de outras minorias, não das mulheres, que, na verdade, são maioria. Elas são minoria no Parlamento, mas não são minoria no magistério, no Ministério Público do meu Estado, na magistratura do meu Estado.

Como eu disse outro dia, eu fico feliz quando entro em uma aeronave e sinto que o comandante é uma mulher. Eu me sinto mais seguro, mais tranquilo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ...até *(riso)* pela discriminação que, eu sei, foi feita a ela para assumir a posição de comandante de uma aeronave. Eu me sinto mais confortável por isso. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Deputada Íris de Araújo pede a palavra.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, percebo, pelas palavras de V.Exa. e por tudo o que tem sido dito a respeito da participação da mulher, que, de uma certa forma — e não pelo que V.Exa. acabou de dizer —, existe uma certa hipocrisia em relação a essa participação. Existe, de certa forma, alguma coisa que é cantada em prosa e verso, é muito dita, é muito espalhada, até porque é muito simpático dizer que a presença da mulher é importante, mas o que eu tenho visto, Sr. Presidente, tem-me deixado, de certa forma, desencantada com a participação da mulher na política.

Recentemente, o meu partido, o PMDB — e eu posso falar, porque eu sou a 1ª Vice-Presidente nacional do PMDB —, fez um programa para inserções em rádio e tevê, levando figuras importantes do partido, algumas que ainda estão chegando ao partido e não têm uma história. E tendo nós hoje a Vice-Presidente da Câmara, uma Vice-Presidente nacional do PMDB...

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Pois não.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - O seu partido e outros não estão cumprindo uma lei federal que determina que, no mínimo, 10% do programa partidário seja com a participação das mulheres. Portanto, as direções partidárias estão devendo o cumprimento de uma determinação legal no sentido de que, no mínimo, 10% desse tempo do programa partidário tenha a participação das mulheres, além de 5% do Fundo Partidário, o que também não estão cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Íris.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Permita-me, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Como eu percebo o tom da palavra de V.Exa. — já senti o direcionamento —, eu quero me somar e dizer que isso foi um desrespeito da direção do nosso partido, um desrespeito. Quando eu disse em Salvador, ontem, que há necessidade de não se dispersarem forças, mas de se direcionar exatamente para aquele ponto no qual se precisa de uma participação efetiva, eu quero me somar à manifestação de V.Exa.

V.Exa. foi Vice-Presidente nacional do PMDB. Há uma Vice-Presidente na Câmara dos Deputados que é do PMDB, e haveria necessidade da participação, não por imposição legal, Deputada Luiza Erundina, mas pelo trato normal, pelas cores normais da vida, como nós devemos enxergá-la. Eu não vejo diferença de cor nesse perfil entre homens e mulheres. Portanto, eu quero me somar às palavras de V.Exa. Isso é vergonhoso.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, continuando, eu me sinto, de certa forma, depois do que narrei... Levei, inclusive, o meu inconformismo ao Presidente Raupp. Na reunião do PMDB Mulher, isso foi colocado de forma veemente por várias representantes do segmento. Mas eu não vejo que seja apenas no PMDB, não. E, de repente, eu aqui dentro da Comissão, como representante do PMDB para discutirmos a reforma política na sua essência, como ela deve ser colocada, começo a me sentir frustrada.

Aí eu me pergunto: *“O que estou fazendo aqui?”*. Quem sou eu, numa situação... Por isso que eu coloquei que há uma hipocrisia, uma tentativa de se cantar a mulher em prosa e verso, mas, concretamente, toda e qualquer medida... E,



como disse a Deputada Luiza Erundina, ao arrepio da lei. É lei! Deveria ser cumprida, mas nem isso está sendo cumprido.

Eu chamo à responsabilidade, sim, os partidos, porque lá é realmente a escola, é o nascedouro. Eu me fiz dentro de um partido político. Eu acreditei num partido político e estou nele até hoje. Eu acho que eu teria até dificuldades de sair, porque está tão marcado na minha vida, na minha trajetória, na minha história de 40 anos de peemedebista. E, felizmente, nunca tive nenhuma proposta. Não sei se não gostam de mim ou se olham para mim e falam: *“Nem chegue perto dela. Nem se atreva”*.

Eu acho que é melhor que tenham mesmo...

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES - Deputada Íris, se é por falta de uma proposta, está convida a vir para o PSB.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - *(Riso.)* Sr. Presidente, eu acho que as coisas têm que ser levadas mais a sério. E, quanto à reforma política, eu estou me sentindo, de certa forma, desestimulada e com medo de nós não aprovarmos nada, nada, e depois sermos cobrados lá fora, por conta de tudo que nós tentamos fazer aqui, e que não está acontecendo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, posso pedir a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Relator e, logo a seguir, V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu pedi a palavra para, primeiro, partilhar com os colegas, os Deputados e as Deputadas da nossa Comissão, e insistir num convite. Hoje pela manhã eu participei da reunião da bancada do Democratas. Na semana passada, na quarta-feira, Deputada Erundina, participei da reunião do PSB. Foram duas excelentes reuniões. Já tivemos reunião também como PV.

Eu quero insistir com os partidos com os quais ainda não conseguimos fazer a reunião de bancada que, se quiserem, como alguns partidos estão preferindo fazer reunião com um grupo de Parlamentares mais envolvidos com o cotidiano do



debate da reforma, especialmente o PSDB, nós podemos marcar essa reunião para amanhã e provavelmente faremos isso.

E quero pedir aos colegas do PMDB para nós, que já fizemos uma reunião — temos conversado muito em conversas bilaterais, na Comissão, Tc —, fazermos mais uma reunião esta semana com um grupo representativo de Parlamentares do PMDB, ou com toda a bancada, porque as bancadas grandes às vezes têm um ritmo e uma lógica um pouco diferentes. Também estou à disposição do PSOL. Está aqui o Deputado Ivan Valente. Nós já fizemos esse tipo de reunião com quase todos os partidos e elas sempre são muito produtivas e boas.

Em segundo lugar, eu quero acrescentar um palavra de incentivo na fala da Deputada Íris. Eu compreendo os temores que todos nós temos, porque realmente sempre há bastante vozes para tentarem nos convencer de que não vai ser possível fazer a reforma. Eu estou convencido de que vai ser possível, especialmente, a primeira parte do nosso trabalho, que é retirarmos da nossa Comissão, por maioria, um relatório positivo, negociado, que melhore a política brasileira, para que todos nós possamos ser líderes de um processo de convencimento do Plenário, para que façamos maioria no Plenário.

Sobre esse tema da participação, de uma ação afirmativa necessária no sentido de ampliar o espaço da mulher na política brasileira, nós temos esse desafio. Eu quero pedir a todos — tenho pensado muito nisso, porque nós temos que ter uma proposta de calibragem muito correta, que afirme esta visão e que, ao mesmo tempo, seja uma proposta considerada exequível do ponto de vista do Parlamento que temos e da aprovação dessa proposta... O convite que eu tenho feito a todos, não apenas às mulheres, mas a todos que querem uma política afirmativa que amplie o espaço da mulher na política brasileira — eu me incluo entre esses — é no sentido de que constituamos uma proposta que não seja demarcatória.

Do mesmo jeito que falo de outro assunto e disse em debates no meu próprio partido — está aqui o Deputado Felipe, o Deputado João Paulo, colegas de partido, Erika Kokay, Waldenor, nosso Relator em conjunto, companheiro Rubens Otoni — que não há trânsito dentro da Comissão e do Parlamento para falar em lista fechada pura, como não há para falar em distrital pura, e nós temos que encontrar um



sistema misto, vale essa mesma regra para este tema. E acho que todos nós devemos nos esforçar nesse sentido.

Também quero mais uma vez me desculpar aqui por não ter podido... O Sandro fez um convite muito afetivo, fez a boa insistência, como nós dizemos. Eu tinha vontade, mas vou ler com muito cuidado as conclusões da reunião realizada em Curitiba. E digo a todos os colegas de partidos que queiram repetir reuniões que também estamos abertos a isso, porque estou trabalhando com aquela data que tiramos na última reunião: no dia 21 deste mês agora, quero apresentar o relatório para análise, debate e votação da nossa Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade, já que o Relator falou sobre a questão das reuniões com as bancadas, para dizer que fui ao Maranhão na quinta-feira próxima passada, em nome da Comissão, para participar de um debate na Assembleia Legislativa do Estado, na qual colhi bastante subsídio. Estou elaborando um relatório para entregar a V.Exa., Presidente, e ao nosso nobre Relator. Até o final da tarde, amanhã de manhã no máximo, entregarei um relatório do que foi colhido de subsídios da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e das organizações não governamentais lá reunidas. Vou entregá-los amanhã para V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Serão bem-vindos.

Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO - Muito obrigado, Deputado Almeida, Deputado Henrique.

Eu vim aqui agradecer à Comissão, Deputado Almeida Lima, Deputado Henrique, a presença no Estado de Minas Gerais, na semana passada. Eu não estive presente, porque eu estava em missão oficial já organizada no mês de fevereiro. Mas fiz questão de mandar 3 assessores meus, para relatar a participação de Minas Gerais nessa Comissão.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais pediu que a Comissão até fosse lá. E eu vejo que é importante essa participação da Comissão nos Estados, Deputado Almeida Lima, para democratizar a decisão e subsidiar também o Deputado Henrique Fontana, na elaboração do seu relatório.



Eu quero motivá-los para que nós possamos sair daqui felizes. Eu entrei aqui, Deputado Henrique Fontana, para trazer uma palavra de pessimismo e dizer que o sentimento pela Casa é o de que se está iniciando e que nós não teremos condições de votar a matéria, que o debate está esfriando, está diminuindo, está tomando tempo demais, que outras matérias estão ocupando a pauta da Casa. Mas saio daqui hoje com a fala do Deputado Henrique Fontana, que irá apresentar o relatório da Comissão no dia 21, para que tenhamos tempo de aprovar a matéria até o mês de setembro, que é o prazo final.

Então, eu saio daqui animado. Entrei desanimado, mas saio daqui animado, com fôlego novo. E quero dizer aos senhores que esta Casa, esta Comissão irá prestar um trabalho para a Nação. Hoje, todos os que estão aqui eleitos são vencedores e sobreviventes, porque não há mais como se manter um processo político como o que nós temos hoje no Brasil, que está inviabilizando pessoas de bem, como nós aqui. Eu sou jovem, como a Dona Íris aqui é jovem também. Mas estou cansado e desanimado, Dona Íris, de participar das eleições como são hoje no Brasil. Elas não são democráticas, elas não são justas e inviabilizam a participação de pessoas que têm representatividade.

Então, nós temos a obrigação, Deputado Henrique Fontana, de apresentar esse relatório; vá firme, porque todos nós queremos votar. Se perguntarem ao Deputado Marcelo, ele quer votar; o Leonardo Quintão quer votar. Mas nós precisamos de uma proposta. E a sua proposta terá consistência, porque V.Exa., Deputado Almeida Lima, vários Parlamentares aqui estão indo aos Estados. E a resposta que eu tive no meu Estado, por meio dos meus assessores... E volto a dizer que não estive lá, porque eu já tinha uma viagem de missão oficial fora do País, já pré-marcada, senão, eu iria desmarcar para estar lá, porque uma das pautas mais importantes desta Casa é a reforma política, para nós darmos condições ao brasileiro comum, às pessoas simples de participarem do processo eleitoral, de poderem concorrer e participar.

Então, Henrique, termine o seu relatório o mais brevemente possível. Saio daqui animado. Eu não faço parte, não sou membro da Comissão, mas vim aqui trazer uma fala de desânimo, de desconforto, e quero dizer ao Deputado Almeida e a V.Exa. que, se nós não votarmos uma proposta, o Congresso Nacional será



desmoralizado, porque, no início do ano, nós divulgamos muito esta Comissão, que foi criada. Parabéns a V.Exas. Apresentem o seu relatório, porque V.Exas. serão surpreendidos no Plenário, Deputado Almeida Lima e Deputado Henrique Fontana, porque nós iremos, sim, votar uma proposta que seja democrática e boa para o País.

Muito obrigado. Sucesso a nós todos.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Desculpe, Deputado Marcelo, eu quero justificar algo no caminho de sensibilizar Lideranças para o nosso relatório e também de ouvir Lideranças importantes. Há 15 dias eu havia pedido uma audiência com o nosso Exmo. Vice-Presidente da República Michel Temer, que tem um grande acúmulo de conhecimento sobre esse debate. E horário de agenda com Vice-Presidente nós não escolhemos, não é Deputado Simão Sessim? Foi marcada para 15h30min, e quero pedir ao Deputado Rubens Otoni que me substitua aqui. Vou a esse compromisso e volto para partilhar com os colegas o final desta reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de passar a palavra, quero apenas anunciar, Deputado Marcelo Castro, que já foram passados dois informes acerca das conferências: uma realizada em Curitiba, no Paraná; a outra realizada ontem em Salvador, na Bahia. Eu não tinha, no início da sessão, número, *quorum* para deliberar sobre a ata, embora já tenha havido o processo de discussão. Mas aproveito para fazê-lo agora.

Em deliberação a ata.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Quero pedir dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Já foi dispensada a leitura da ata, o momento já passou. É só deliberação.

Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovada a ata, comunicando ao Plenário que a sessão de hoje foi convocada com o objetivo de iniciarmos o debate acerca da cláusula de desempenho partidário, fusão e/ou criação de partidos políticos; e, terceiro, federação de partidos. Informo às senhoras e aos senhores que já há Parlamentares inscritos.



Antes de iniciar essa lista, já que houve um pedido da palavra por parte do Deputado Marcelo Castro, concedo a palavra a S.Exa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, aproveitando a saída do nosso Relator, que foi ao encontro do Vice-Presidente, como temos alguns requerimentos aprovados, inclusive o de V.Exa. convidando o Vice-Presidente para vir à nossa Comissão, assim como os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, perguntaria se V.Exa. tem alguma confirmação ou alguma informação a respeito desses requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Já há uma designação confirmando a presença do Sr. Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da República, para o dia 16. Quanto ao ex-Presidente Luiz Inácio da Silva, ainda não houve confirmação, a exemplo do Vice-Presidente da República Michel Temer, que também não confirmou.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Está confirmado o Fernando Henrique Cardoso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Fernando Henrique Cardoso está confirmado para o dia 16.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, antes de entrarmos no assunto do nosso tema de hoje, eu queria dar conhecimento à Casa de uma pesquisa feita entre os Parlamentares desta Casa pela tendência legislativa sobre a reforma política, que diz assim:

“O que o Congresso Nacional pensa das propostas de reforma política: O tema — essa já é a resposta — é polêmico e divide opiniões. Não há consenso suficiente para mudar o sistema de votação. E, não havendo disposição massiva para adotar novas fórmulas, a tendência é de que o modelo atual se perpetue. Porém, há boa vontade com o financiamento público e o fim das coligações para eleições proporcionais.”



Então, vou ler a pesquisa feita, para que cada um de nós possa se situar e ver como o Congresso está pensando na sua maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É importante, faça o favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Voto distrital. Favorável ao voto distrital nesta Casa tem apenas 12%, contra 44%. E são favoráveis ao distrital misto 43%. Voto em lista — quero entender aqui que é lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O primeiro que V.Exa. falou é o distrital, que se chama distritão?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não, distrital puro, clássico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É clássico, sim, entendi.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Voto em lista. Temos a favor da lista aberta, como é hoje, 43%. A favor da lista fechada, 30%. A favor da lista flexível, que é de certa forma votar em lista, 20%. Então, quando se diz que a maioria esmagadora é contra a lista, aqui na Câmara, não é assim. Pelo menos é o que está aqui na pesquisa. E 7% não sabe ou não opinou.

Financiamento público de campanha. Isso é importantíssimo. Financiamento público de campanha, porque se diz muita coisa em nome dos outros. São a favor 67% dos Deputados Federais pesquisados, 209 Deputados, e são contra apenas 32%. São a favor do fim das coligações para as eleições proporcionais 74% e são contra apenas 24%.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Essa pesquisa é da responsabilidade de quem?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - *Tendência Legislativa.*

Eles hoje estão pesquisando para saber quem é o Ministro mais influente. Acho que, na semana passada, muitas pessoas foram pesquisadas. Muitos diziam que era o Palocci. Hoje, alguns já mudaram de opinião, não é mais o Palocci. Estão pesquisando, no sistema de governo, sobre várias coisas. Toda semana eles pesquisam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Gostaria de obter um esclarecimento complementar: trata-se de fato de pesquisa ou de uma...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não é enquete, é uma pesquisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quero só entender. É apenas uma amostragem, o que caracteriza pesquisa, ou o universo todo?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eles aplicaram um questionário. Chegam para a pessoa, como fizeram comigo: "*Deputado, gostaria de saber se o senhor poderia responder a esse questionário?*". Pois, não. E você gasta uns 5 minutos respondendo às questões, dá o número do gabinete, que é mantido em segredo, e eles computam. Esse é o resultado de 209 Parlamentares pesquisados, portanto, um universo mais do que representativo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Satisfeita a curiosidade.
Inscrito para o debate...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, antes de começar a Ordem do Dia, só para esclarecer, pude observar que, na ata, consta o meu nome na lista dos que deixaram de comparecer. Isso ocorreu, na verdade, na quinta-feira última. Eu fui liberado para representar a Casa no funeral do ex-Deputado Léo Simões, o que foi justificado. Não sei se serve de motivo para justificar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deve estar a caminho a justificação. É isso que me informa a Mesa, e será devidamente considerado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Como também, na próxima quinta-feira, representarei o Presidente da Casa na missa de 7º Dia, no Rio de Janeiro, mas eu mandarei a minha secretária...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Será considerado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Está inscrita para falar a Deputada Rosane Ferreira.

O tema: *Cláusula de Desempenho Partidário, Fusão e/ou Criação de Partidos Políticos e Federação de Partidos.*

Com a palavra V.Exa., Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Deputado Presidente, nós, do Partido Verde, não discutimos esse tema propriamente dito. Já conversamos várias vezes sobre o sistema eleitoral. Já temos opinião quase certa e estivemos com o Deputado Henrique Fontana.



Agora, eu tenho algumas questões minhas. Portanto, quero que fique claro que falo como Deputada, e não como uma representante do meu partido na Comissão, sobre esses temas propriamente ditos.

Sou contra, por exemplo, a coligação e defendo o fim das coligações partidárias. Em cima disso, é claro que estamos falando de uma cláusula de desempenho partidário, algo que está intrínseco na forma do que eu defendo.

Falo isso, Deputado Rubens Otoni, porque está na minha história de vida. Fui Deputada Estadual, eleita numa lista aberta, sem coligação partidária, como candidata do partido em uma chapa quase completa, respeitando a questão das cotas das mulheres. Junto com os meus companheiros, consegui atingir o coeficiente eleitoral naquele ano.

O mesmo se deu na minha eleição para Deputada Federal. Venho para esta Casa como a primeira colocada de uma lista aberta de uma chapa quase completa — acho que precisávamos de dois ou três candidatos para fazer o nosso coeficiente. Atingimos o coeficiente quase elegendo a segunda colocada, que também era uma mulher e que teve somente 164 votos a menos do que eu tive para chegar até aqui. Nós tínhamos, em condições de igualdade, no mínimo, dez candidatos a Deputados que compunham essa lista. Nós sabíamos que a disputa dependia da melhor proposta que pudéssemos apresentar dentro do programa do nosso partido.

Eu tenho visto inúmeras formas de organização partidária. Nós temos um partido no Paraná, por exemplo, que sempre lança um único candidato, e, para isso, são necessárias as coligações se para atingir os coeficientes e todo o partido se organiza em cima daquela única pessoa. Para mim, isso não é partido. Vejo essa situação com dificuldade. Então, eu defendo o fim das coligações por conta disso.

Fusão ou criação de partidos políticos... Boa tarde, Deputado Edinho, só um adendo: nós fizemos referência à forma feliz como V.Exa. coordenou os trabalhos da nossa audiência pública no Paraná. Voltando à fusão e à criação de partidos políticos, eu não acho que seja prudente um país como o nosso, embora a democracia seja um exercício e estejamos sempre aprimorando-a, ter 28, 29 agremiações partidárias. Eu acho que há uma confusão nisso. Não está claro para as pessoas o que é partido político. A população, salvo algumas exceções, talvez em relação a dois ou três, quatro partidos políticos, não conhece as siglas, a



ideologia. Inclusive, a sociedade como um todo desqualifica essa questão da forma como ela é colocada. Eu acho que um mínimo de desempenho...

Eu quero finalizar dizendo que, quando fui candidata a Deputada Estadual pelo Partido Verde, em 2006, uma das solicitações que me fizeram, para que eu saísse candidata pelo meu partido — e eu havia disputado a Prefeitura da cidade onde moro —, era exatamente trabalhar com a cláusula de barreira que se avizinhava. Eu saí candidata a Deputada Estadual exatamente por isso, porque nós tínhamos uma cláusula de barreira, em 2006, que ameaçava a extinção do Partido Verde, e eu não admitia isso. Eu achava que tinha que dar a minha contribuição para que elegêssemos o primeiro Deputado Estadual, o primeiro Deputado Federal, um Senador, a fim de que pudéssemos trabalhar para que nosso partido fizesse a transposição da cláusula de barreira. Isso fez com que o PV se fortalecesse e com que elegêssemos a primeira Deputada Estadual do partido, e agora a primeira Deputada Federal do Partido Verde do Paraná.

De alguma forma nós temos que fortalecer os partidos, e é por isso que o nosso partido defende o voto distrital misto, justamente para fazer com que as questões partidárias se fortaleçam, principalmente em cima dos programas e das ideologias que defende.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Simão Sessim, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, tal como tenho feito sempre que participo de debates, busco uma pesquisa, uma forma de apresentar o meu voto, baseado em elementos surgidos ao longo da nossa República, para que tenhamos condições de sustentar este voto.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que autorize a leitura de um documento que preparei sobre o assunto, o que não vai levar mais do que 5 a 6 minutos. (*Pausa.*) Autorizado, posso ler e passar, depois, ao nosso Relator uma pesquisa que fiz sobre o assunto e o voto que vou apresentar hoje exatamente sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quantas laudas, para não deixar atônitos os meus companheiros de plenário?



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quatro, cinco, seis laudas. Quatro laudas, Sr. Presidente. Usarei menos tempo do usou a Deputada.

“Sr. Presidente, devagar como deve ser o cuidado com a reforma política, seguimos no exame do debate das propostas e entramos esta semana finalmente nas considerações sobre os partidos políticos, tema que, por definição, deveria ser o primeiro da pauta. Sim, porque todos os demais temas que impliquem na definição do grau de representação política e no funcionamento das eleições, objetivos fundamentais da reforma, dependem fundamentalmente do modo como o Brasil percebe a função dos partidos políticos. Eles deveriam aglutinar os ideais, as ideias, os interesses de cada segmento da Nação brasileira. No entanto, infelizmente, no Brasil, os debates sobre o assunto estão maculados pelas prerrogativas ou privilégios de acesso ao fundo partidário e de utilização dos tempos de veiculação gratuita da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Por conta dessa combinação defeituosa, peso dos partidos para uso do fundo partidário e acesso à veiculação gratuita de propaganda eleitoral na tevê e no rádio, temos deixado passar diversas oportunidades de exame, com mais equidade, do relevante papel que, nas melhores democracias do mundo, os partidos desempenham como unidade de percussão da vontade popular.

Todas as vezes que cuidamos da organização dos partidos políticos, de seu funcionamento, da possibilidade de fusão, de coligações, da organização de federações partidárias e do grau de desempenho da utilização do fundo partidário, eu diria, do grau de desempenho aqui denominado cláusula de barreira, a sociedade e seus meios de comunicação fixam o olhar no número elevado de partidos políticos, pelo exagero da exposição na tevê, no rádio e pela utilização do fundo partidário.

Na outra ponta, ao lado dos que administram os partidos, o cuidado nas composições tem o mesmo sentido: acesso ao fundo partidário e à propaganda gratuita. A situação coloca o desafio fundamental a enfrentar quando cuidamos do debate sobre os partidos políticos.

É preciso encontrar uma fórmula que preserve o compromisso constitucional de oferecer liberdade à criação, fusão, incorporação ou extinção dos partidos políticos, resguardados tão somente à soberania nacional, ao regime democrático,



ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana — isso é o que diz o art. 17.

Nesse ponto, vamos para as margens. Extinguimos o fundo partidário e acabamos com o acesso à veiculação gratuita, ou expandimos um e outro, de tal modo que qualquer que seja o número de partidos políticos todos tenham a mesma prerrogativa? Evidentemente que nenhuma das duas situações atende ao processo democrático. A primeira questão levará à inanição qualquer tentativa de se ter partidos políticos para representação da minoria. A segunda, abrirá as portas para os espertalhões que queiram, com a capa da política, ter acesso livre aos recursos públicos.

O caminho melhor nós já encontramos, contrariados pelo Supremo Tribunal Federal, que, em dezembro de 2006, considerou a cláusula de barreira uma medida inconstitucional. Deveríamos cuidar novamente do tema, como estamos cuidando hoje, aproveitando a ocasião do debate amplo de uma reforma política que não sairá a contento, sem mudança na Constituição. E a mudança poderá ocorrer de maneira simples, pela inclusão, no § 3º do mesmo artigo, de uma condição:

“§ 3º - Os partidos políticos, observada a cláusula de barreira, têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito a rádio e a televisão, na forma da lei”.

Desse modo, voltaria a ter vida o art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos. Defendo a cláusula de barreira por estar mais do que provado que a multiplicação indiscriminada, sem qualquer controle de partidos políticos, não aperfeiçoa o sistema de representação política. Ao contrário, o modelo distorce o processo eleitoral e confunde o eleitor. Pior ainda quando a multiplicação desenfreada tem o condão de ampliar a prerrogativa que a Constituição Federal preserva com o intuito de melhorar a qualidade da democracia e da representação política.

A discussão da cláusula de barreira não é novidade para o Brasil. O Código Eleitoral, de 1950, previa a cláusula de desempenho, no art. 148, com a decisão de cancelar o registro dos partidos políticos que não alcançassem àquela época, 1950, pelo menos 50 mil votos ou não elegessem pelo menos um representante para compor o Congresso Nacional.



A questão retornou com a Constituição de 1967 e, depois, com as Emendas Constitucionais nº 69, 78 e 25, de 1985, que limitou a representação do Congresso Nacional aos partidos que obtivessem os votos de pelo menos 3% do eleitorado das eleições gerais, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com o mínimo de 2% em cada um.

A Emenda nº 11, de 1978, criou uma novidade na discussão do tema quando abriu a oportunidade de os eleitos pelos partidos que não alcançassem o mínimo de votos exigidos optassem por filiações aos partidos que atingissem a meta. Erroneamente confundida com a intenção dos governos revolucionários de reduzirem a representação política para abrigá-las em apenas dois partidos, a cláusula de desempenho não vingou e terminou sepultada definitivamente na Constituinte de 1988.

Contudo, por óbvia na discussão de instrumentos que organizam o funcionamento das Casas legislativas, ao mesmo tempo em que limitem a proliferação de partidos com a intenção exclusiva de fazer uso do fundo partidário à veiculação gratuita de imagem e voz, a cláusula de barreira é tema que tem sido retomado a cada momento até se tornar norma legal com a Lei nº 9.096, de 1995, que, nos seus artigos nºs 12 e 13, estabelece:

“Art. 12. O partido político funciona nas Casas Legislativas, por intermédio de uma bancada, que deve constituir suas lideranças de acordo com o estatuto do partido, as disposições regimentais das respectivas Casas e as normas desta Lei”.

“Art. 1.3. Tem direito ao funcionamento parlamentar, em todas as Casas legislativas para as quais tenham eleito representantes, o partido que, em cada eleição, para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, 5% dos votos apurados, não computados os brancos e nulos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com o mínimo de 2% do total de cada um deles”.



Infelizmente, a norma que seria aplicada já na eleição de 2006 novamente não vingou e foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mas é viva em países democráticos. E, nesse ponto, trago o depoimento da Dra. Ana Cláudia Santana, especialista em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná e pós-graduada em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. O texto está publicado no site *paranaeleitoral*.

Na Alemanha, país em que o sistema eleitoral serve de base para modificações na legislação brasileira, a cláusula de barreira consta do art. 6º, § 6º, da Lei Federal do Regime Eleitoral da Alemanha. O número de representantes de cada Estado não é fixo, pois as eleições se dividem em uma parte decidida por votação majoritária e outra proporcional, que é o distrital misto, que poderá variar conforme o comparecimento do eleitorado, já que o voto é facultativo. A partir disso são desconsiderados os votos dos partidos que não recebem pelo menos 5% das eleições proporcionais, ou partidos que não elegerem individualmente candidatos em três Distritos, no mínimo.

Assim como o sistema alemão é misto, a cláusula de exclusão é composta tanto de regras para partidos, como para candidatos considerados como sujeitos propriamente ditos.

Na Suécia, verifica-se que a cláusula de barreira é formada por dois mecanismos que variam conforme o cargo pleiteado nas urnas. Primeiramente, há o percentual mínimo de 4% total dos votos para os cargos públicos federais. Contudo, salvam-se também os partidos que elegerem candidatos em pelo menos 12% dos Distritos.

Na França, o sistema eleitoral de lista fechada no Distrito faz com que os partidos obtenham pelo menos 5% dos votos dados para se conseguir representatividade.

Na Espanha, a cláusula de barreira está contida na Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral, no art. 163, § 1º, alínea "a". A regra estabelece que as candidaturas devem atingir pelo menos 3% de votos válidos de cada circunscrição.

Na Itália, a cláusula de barreira mostra-se bem modesta, se comparada à dos demais países. O partido deverá obter pelo menos 300 mil votos a nível estadual, o



que corresponde a 1% dos votos. Também obtém representatividade o partido que eleger candidatos em pelo menos um distrito.

Na Grécia se tem uma das mais rígidas cláusulas de barreira já observada. A regra consta na lei eleitoral do ano de 1974 e dispõe que somente partidos que obtiveram 17% dos votos válidos a nível estadual poderão participar da distribuição de cadeiras parlamentares. Na República Tcheca, na Polônia e na Hungria, os percentuais variam entre 4% e 5% dos votos válidos.

Então, quanto à cláusula de barreira ou de desempenho, não tenho dúvidas, é um instrumento inteligente de reorganização dos partidos políticos, que, de forma alguma, fere o desejo da Constituição Federal de ampliar os espaços para o exercício da atividade política, porque preserva a determinação de que é livre a criação, fusão e incorporação de partidos políticos, como também é livre a extinção deles. A cláusula de barreira tão somente cria como uma das condições de sua extinção a ausência de representatividade reconhecida pelos eleitores.”

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me pelo tempo que tomei, mas era mais um estudo feito para apresentar a esta Comissão o meu voto sustentado por todo esse exame que fiz.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os membros da Mesa e demais companheiros Deputados.

Sr. Presidente, eu acho que este tema é muito importante para nós, brasileiros, principalmente para quem viveu durante um período longo de ditadura militar. Então, para garantir a liberdade de expressão, de pensamentos, de visão de mundo, de visão de sociedade, de organização, de construção de uma alternância de poder e poder explicitar essa liberdade por intermédio da sua organização política, é fundamental assegurar às diversas organizações que elas possam se organizar e se estruturar.

Há alguns elementos para se levar em consideração, entre eles a dimensão continental do Brasil, um país onde nós fazemos um esforço muito grande para, cada vez mais, consolidar o processo democrático. E os partidos políticos no Brasil,



hoje, independentemente talvez até do papel que desempenham, têm tido uma representatividade muito grande, mesmo os partidos que se articulam em razão de um projeto eleitoral e de garantir a sua apresentação. Aí, de uma certa forma, como é a cultura brasileira, tem-se de tudo. Há partidos pequenos que estão só em função de ocupar um espaço de Vereador e de Deputado, sem ter uma cultura partidária, sem ter formação, sem ter organização. E nós temos partidos relativamente pequenos, como o PCdoB e o PCB, que essencialmente foram se estruturando, se organizando e se ampliando.

Eu acredito que é lógico que tem que haver uma cláusula, mas que essencialmente se possa garantir que tenham liberdade os grupos que queiram se organizar em torno de um partido político para disputar a hegemonia, seja em uma pequena cidade, seja em um Estado, seja no próprio Brasil.

Na verdade, é uma das coisas sobre a qual o partido tem uma posição, mas eu sou de uma formação segundo a qual é essencialmente muito importante se respeitar todo tipo de organização. Para concluir, é lógico que isso, às vezes, traz problemas. Eu fiz um movimento sindical clandestino durante o período da ditadura. Fui cipeiro, delegado sindical. Particpei de um partido clandestino revolucionário na ditadura militar. E, mesmo sendo um partido pequeno, uma organização, nós tínhamos uma força política muito grande, mesmo na clandestinidade.

Então, eu vejo com muita preocupação essa cláusula. Espero que o nosso Relator possa contemplar no seu relatório a mais profunda e a mais ampla representação dos grupos que se organizam politicamente na sociedade brasileira. Como eu conheço o Fontana, sei que a sua preocupação vai contemplar essa necessidade e essa organização.

Finalizo, Presidente, dizendo o seguinte: erros e acertos nós vemos dos dois lados. Eu falei que nós temos participado de diversos debates no meu Estado. Falei de algumas questões que são polêmicas. Por exemplo, falei aqui que os Vereadores da cidade de Recife diziam: *“Olha, eu estou na seguinte situação: não tenho janela”*. O dono do partido disse: *‘Você não vai ser mais candidato’*. Já disse que ele não iria ser mais candidato. Ele respondeu: *“Eu nem posso sair do partido, porque perco o mandato, e não sou mais candidato”*. Então, ele já está de aviso prévio, não pelo povo, está certo?



Segundo: o partido faz oposição ao Governo e depois adere a esse programa do Governo. Então, a fidelidade partidária é só do Deputado ou o partido também tem uma fidelidade do que defendeu na campanha? Então, são questões da mais alta relevância. Nós temos que ter cuidado para, em virtude de uma visão de democracia, não cercear a participação de diversos setores organizados da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado Esperidião Amin, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar no começo da reunião, mas tive que ir à Comissão de Constituição e Justiça. Para felicidade minha, a parte final das palavras do nobre Deputado João Paulo vem ao encontro da razão da minha inscrição.

Eu acompanhei a leitura da manifestação do meu correligionário Simão Sessim. Achei muito interessante aquela comparação entre sistemas e regras de outros países e agora ouvi com muita atenção as suas ponderações.

Permito-me apenas dizer o seguinte: uma coisa é a excepcionalidade, outra coisa é a novidade, e outra coisa é a continuação. Mal comparando, é mais ou menos como namoro e casamento. O mais difícil acho que é a continuidade. Na continuidade do processo democrático, ou seja, na repetição das eleições, e parece que há uma forte corrente que acha que nós já temos eleições demais, tanto é que há uma corrente expressiva recomendando, defendendo a coincidência de mandatos, não é verdade? Ainda defendem um espaço maior: em vez de uma eleição a cada 2 anos, uma eleição a cada 5 anos. Essa corrente não é desprezível. Então, parece que o mais difícil é a continuidade. Na continuidade, não é preciso ter um partido revolucionário. Regozijemo-nos com isso. Como é bom ver V.Exa. poder dizer isso em público. É muito bom isso.

A criação de partidos foi estimulada no Brasil. E hoje não me parece que seja consenso popular que nós tenhamos que fomentar a criação de partidos. Acho que não precisa. Ninguém vai apresentar uma regra para favorecer a criação de partidos, muito embora isso seja respeitável. Aqui poucos de nós sabemos, por exemplo, quantos foram os partidos ou candidaturas que disputaram, por exemplo, a sucessão do Schwarzenegger na Califórnia. São dezenas de candidaturas. Isso não é



da nossa índole, uma vez que nós colocamos o partido como intermediário do voto. É um intermediário. Eu voto em você porque você está filiado a esse partido. Essa é a situação do Brasil. E ninguém pediu ainda... Há uma proposta no Senado, diga-se de passagem, para candidatura avulsa. Se não me engano é do Senador Itamar Franco, não é isso, Deputado? Mas essa não é uma regra dominante.

Na continuidade, seja pela via da cláusula de barreira, seja pela via da coligação restrita, para não dizer proibida, nas eleições proporcionais, parece-me que essa é a tendência para que tenhamos opiniões e pontos de vista mais ou menos convergentes, reduzindo assim o número de partidos por uma questão de organização do Parlamento. A cláusula de barreira é para isso, não é para restringir.

Para não me alongar, quero dizer a V.Exa. que a razão da minha inscrição é a seguinte: nós estamos chegando praticamente ao final do nosso trabalho de auscultar. Há quantos dias mais para a Comissão terminar as audiências públicas e os debates?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Alguns Estados ainda.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Pois é, só temos este e o próximo mês. Não temos mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Temos de encontrar uma fórmula engenhosa para...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu acho muito importante que o tópico final mencionado pelo Deputado, fidelidade partidária, seja objeto de um debate pelo menos aqui. Eu já ouvi isso várias vezes.

O Deputado Vicente Arruda está aqui?

(Não identificado) - Não.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Foi talvez o discurso mais eloquente que ouvi aqui contra a fidelidade partidária, ou seja, pela liberdade, pela cláusula do mandato e pela prioridade da eletividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Esperidião Amin, nós já tratamos, incluído hoje, de 11 temas. O 12º trata da candidatura avulsa e assim sucessivamente — domicílio eleitoral e tempo de filiação. O 14º trata da fidelidade partidária. É evidente que pode ser antecipado ou ser postergado. Ainda fala de abuso de poder.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas desde que seja antes de terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Que não seja uma cláusula póstuma. É só isso que quero dizer, para não entrar no debate do assunto. Eu não gostaria que fosse uma cláusula póstuma. Acho que seria muito importante para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... aclarar as observações feitas pelo nobre Deputado, que está hoje na exuberância da plenitude do seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que o tema de hoje merece uma grande reflexão. Embora pareça pequeno, ele é grande porque envolve o conjunto.

Na verdade, nós não podemos pensar uma cláusula de desempenho partidário ou fusão e/ou criação de partidos políticos, sem pensar o conjunto das questões que vão ser aprovadas aqui.

Primeiro, quero me referir à percepção da população, hoje, sobre o desgaste partidário do Congresso e dos partidos políticos. Quem acha que não existe isso está errado, porque há um enorme desgaste. Quem controla a política nacional são os grandes partidos. Então, eles estão superdesgastados. A grande maioria dos pequenos partidos são fisiológicos, mas existem os ideológicos e os programáticos. Eu quero me incluir nestes. Eu já fui do PT, hoje o maior partido desta Casa. Fui um dos seus fundadores e, durante 25 anos, seu participante. Tive quatro mandatos de Deputado pelo PT e, agora, dois pelo PSOL.

Em primeiro lugar, a cláusula de barreira é uma espécie de *"bode na sala"*. A democracia fica melhor se se tirarem os pequenos partidos. Quero recordar a cláusula de barreira criada e que o STF barrou. A cláusula de barreira existe há muito tempo. O Deputado Sessim levantou um histórico. Em 1980...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Em 1950.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É, isso.



O PT não teria sido criado com a cláusula de barreira, hoje estabelecida em 5%, porque ele fez só cinco Deputados em 1982. E hoje ele é o maior partido do País. Vamos parar de fazer firula. E mais: havia uma lista de filiações necessárias feitas sem critério, porque o volume era numérico. Depois, isso teve de ser revisto para ver quem era filiado de verdade, quem tinha afinidade política, ideológica e programática. Isso é “*bode na sala*”, isso não tem importância política.

Sabe como se acaba com esses partidos? Por exemplo, quando se decretou a cláusula de barreira e parecia que ela seria aplicada, o PRONA se fundiu com o PL imediatamente para surgir o PR. O PSOL, o PCdoB e outros partidos foram ao Supremo, que nos deu razão, como partidos programáticos ideológicos, inclusive com funcionamento partidário na Casa. E está certo porque isso é reconhecido por todos.

Então, o problema não está aí, o problema está no seguinte: os partidos que não têm programa ou projeto são estimulados exatamente pelos grandes partidos que, na hora H, os puxam para fazer tempo de TV e pagam para fazer pistolagem contra os seus adversários na televisão. Eles têm que acabar sozinhos, mas a opção é do povo, a opção é popular, não é limitando o número de partidos artificialmente. E digo mais: quando acabarem as coligações partidárias — pela pesquisa lida pelo Deputado Marcelo Castro, elas acabam, pois 75% estão contra —, perde-se o interesse pelo Prefeito que quer fazer 14 siglas para se eleger ou 15 siglas ou, então, ele mesmo monta uma sigla. Um grupo dele sai daqui, de um PMDB ou de outro partido grande, pega um partido menor da cidade e monta uma sigla. Não estou me referindo ao PMDB, mas a qualquer partido grande.

Com o fim das coligações, é bem provável que se estreite a vivência desses próprios partidos, porque eles não têm figuras públicas expressivas, nem um projeto, nem um programa. Os que chamam de partidos de aluguel, os pequenos, podem ter grandes partidos que também funcionam com fisiologismo, com clientelismo, e existe margem à corrupção.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Indo ao encontro,...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - ... há partidos que aparecem perante o detentor de um mandato, por exemplo, de uma Prefeitura grande, e dizem: *“Ajude-me a formar esse partido aqui e ele vai servi-lo”*.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Claro, ele vai servi-lo depois.

Essa é uma maneira artificial de discutir o problema. Eu quero associar isso não só ao problema do fim das coligações proporcionais, mas particularmente à questão do financiamento público, porque aí entra o problema da igualdade.

Ora, se o sujeito disser: *“meu partido elegeu tantos”*. Mas quanto ele gastou? Ele recebeu quanto dos bancos, do agronegócio, das empreiteiras? E quem fez campanha na rua só com o dinheiro do bolso?

Olha, quero valorizar os que chegam aqui com o dinheiro do bolso e com doação individual, física, clara. É por isso que o financiamento público precisa passar aqui, está sendo discutido aqui. Porque partido pequeno que não tem expressão pública, que não tem figuras referenciais, que não tem ideologia política de transformação, que não tem programa, que não tem história, não sobrevive.

O Deputado João Paulo Lima citou o PCB, o PCdoB, e eu citei o PT. São partidos que nasceram e foram criados dentro de um processo ideológico. E o PSOL também se coloca... Nós não saímos do PT para ganhar nada, mas a fim de ir para a tempestade. Sair de um partido grande, que tem poder centrífugo de agregação é muito mais difícil. Está aqui a Deputada Luiza Erundina, que também foi fundadora do PT.

Então, não é cláusula de barreira, desculpem-me, que vai resolver problema nenhum, porque nós corremos o risco de praticar uma grande injustiça contra a democracia brasileira e aqueles que lutaram contra a ditadura militar, que o meu amigo Simão Sessim chamou de “governos revolucionários”. Aí há uma discordância de métodos. Governos revolucionários? Aquilo foi golpe de Estado mesmo, não foi Governo revolucionário. Governo revolucionário é outra coisa.

O problema é outro. Aqui é o seguinte: cláusula de barreira, fusão de partidos não se resolve artificialmente, resolve-se com política. Digo mais: se nós estabelecermos cláusulas de 5%, por exemplo, é possível que partidos desta Casa que tenham 10, 15 Deputados fiquem fora, porque, às vezes, não se cumpre a cláusula em tantos Estados, inclusive. Qual é a cláusula de barreira? Digam-me



como alguém vai determinar qual é a cláusula legítima, que é correta, que é balanceada, para dizer que é barreira, Deputado Amin?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Depende de quantos partidos entendem que devam ser.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É claro. O que quero dizer é que não se pode chegar e dizer que a expressão parlamentar de um partido, se ela tem valor ou não, se foi em oito Estados ou nove Estados e obteve 5% ou 2% em cada um deles, como a lei dizia, porque isso não tem valor. Às vezes, o partido nasce desproporcionalmente, como o PT nasceu em São Paulo. Elegeu os primeiros Deputados em São Paulo e um no Rio de Janeiro. Posteriormente, ele pode se espalhar ou se espalha. Outros partidos morrem, naufragam politicamente. Agora, isso faz bem para a democracia, é disso que eu quero tratar.

E quero finalizar: aqui nós temos de fazer uma reforma política pela democratização da Nação, pelo respeito às instituições e ao Parlamento brasileiro. O Partido Socialismo e Liberdade se insurgirá contra qualquer tipo de cláusula de barreira porque está aqui com representação política expressiva de voto popular e quer defender o seu projeto, o seu programa. Eu defendo também os partidos, socialistas ou o que forem, que não conseguiram eleger Parlamentares. Eles também são respeitáveis, têm inserção no movimento social e popular.

Então, isso não deve nos envolver, acho que essa cláusula não diz respeito. Nós temos que votar aqui o financiamento público, nós temos que votar o fim das coligações partidárias e tudo o que permita o fisiologismo, o clientelismo e outras práticas que não interessam.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Ivan Valente, permite-me um aparte? Aliás, para elogiar o seu partido. Um minuto apenas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Deputado Ivan argumenta com muita categoria. É digno dizer que o PSOL é contra a cláusula de barreira, o que é natural, e, acredito, contra também a coligação proporcional, porque não se beneficiou em nada na coligação proporcional. Foi o único partido pequeno que não se beneficiou com a coligação proporcional.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Deputado Simão Sessim.



A veemência com que trabalhei aqui os temas é porque entendo que, nesta discussão, há muito problema, muita hipocrisia. Há o reconhecimento de que uma grande parte dos partidos pequenos, que são criados, servem a propósitos que não são construtores da democracia. Mas nós não podemos fazer uma injustiça. Nós temos que reconhecer e valorizar aquilo que valoriza a democracia: o projeto, o programa e a ideologia. Eu acho que essa é uma questão que a nossa Relatoria deveria levar em consideração e associar ao problema global — financiamento, coligações, sistema proporcional. Na verdade, uma coisa está ligada à outra. Nós só podemos ter igualdade com o fim do financiamento privado de campanha. Do contrário, não haverá igualdade aqui. Um partido poderá dizer que elegeu dez, e o outro elegeu um. E pode ser que aquele um seja mais expressivo, represente mais valores para a sociedade, referência para a sociedade do que um Parlamentar, um Senador eleito com 50 milhões de reais, pelas empreiteiras e tal.

Era isso que queria trazer para este debate, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Sr. Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eles falam por meia hora ao microfone e, depois, mais meia hora fora dele. Aí fica complicado. *(Risos.)*

Bom, pessoal, para quem está acompanhando a discussão da reforma política, causa-nos estranheza e um certo desconforto quando chegamos à reunião com o nosso próprio partido, e o cidadão Deputado faz uma afirmativa absolutamente rasa, como se o trabalho da reforma política fosse algo dos outros. Ele não sabe nada, absolutamente nada, não participou de nada, não tem nenhuma responsabilidade com isto aqui, e quando aparece a única forma fácil de expressar-se não acontece nada. Que coisa cômoda, que fácil! Ele vai ao Estado, dá entrevista, arrasa, de maneira absolutamente irresponsável, dizendo que não vai acontecer nada. Mas quando nós nos reunirmos com ele, faz umas perguntas primárias, como no primeiro debate. Isso acontece todo o tempo.



Então, isso me incomoda, porque ao discutirmos esses três temas aqui, significa que muitos outros com repercussão direta já foram debatidos. Acho que há alguma coisa a ver com a didática da Casa, que tinha de ter aberto o debate a mais Deputados para compreenderem o que estamos fazendo. Muitos passam a ideia de que aqui somos um bando de brincalhões, que nos reunimos apenas para passar o tempo e que isso não tem muita importância.

Vamos lá. Pauta: cláusula de desempenho partidário; fusão e/ou criação de partidos políticos; e federação de partidos.

Primeiro, a meu juízo, a pauta tem ordem invertida, porque a fusão e/ou criação de partidos políticos deveria vir depois da federação. A federação é a possibilidade de os pequenos partidos ideológicos se constituírem em blocos com sintonia ideológica, com estatuto específico e lapso temporal, para ter comportamento e defesa de teses ideológicas na Casa. Portanto, resta essa história de quem não representa nada não ser capaz de federar-se, porque não é possível federar nada. Ele não existe. Ele é uma agenda de aluguel, um ponto comercial; e em ponto comercial é difícil fazer esse processo.

Então, nessas cláusulas, se trabalharmos apenas o fim da coligação partidária proporcional, grande parte do tema “cláusula de barreira” já se exclui. Ele é absolutamente desnecessário. Se não for possível a coligação, não terá mais como fazê-lo. Ele se une na coligação proporcional porque quer eleger um Vereador. O partido grande elege 10 Vereadores, e ele elege um. Se não puder ter coligação proporcional, ele simplesmente não existe na representação do Parlamento. Ou existe, porque realmente tem consistência ideológica, defende teses que têm profundidade na sociedade, e acaba se elegendo. Esse então certamente se compõe com aquele que tem sintonia com o que ele pensa. Não faz negócio.

Quero ainda propor, em cima desse processo, a possibilidade de raciocinarmos. Eu mesmo tenho muita dificuldade de tratar a política com números limitadores. A cláusula de barreira é do número tal ao número tal. O Município só tem dois turnos, do número tal ao número tal. Com 199.999 só há um turno, e o que tem 200 mil, dois turnos. Não sei qual é a diferença.

A meu juízo, se estabelecermos o fim da coligação proporcional, as forças políticas que nós temos hoje têm o direito de acomodar-se em algum lugar. Então,



nas próximas eleições municipais, teria de haver dois turnos para Município de qualquer tamanho, porque, mesmo não elegendo representantes no Parlamento, ele poderia estar no Governo com o qual tem sintonia ideológica, pode somar na construção da proposta de sociedade que ele deseje. Por que não? Por que um Município com 20 mil habitantes não pode ter dois turnos? Por que lá pode se eleger um Prefeito entre 5 candidatos com 26% dos votos, sem representação política? Lá pode. Sendo pouco, pequeno, qualquer coisa serve. Grande não pode. Aí não é possível.

Não tenho nenhuma compreensão em relação a essa questão. Acho que o Prefeito de uma cidade não pode ter 24%, 25% dos votos. Ele tem realmente que se constituir pela maioria, porque precisa ter representação política, ter força. O sorriso, o andar, o estado de ânimo, o humor e a capacidade de fazer do Prefeito têm repercussão na vida cotidiana da cidade. Logo, ele tem que ter grau de repercussão profunda, marcada na consciência das pessoas. Não pode ser alguma coisa que se elegeu por acaso.

Sr. Presidente, há outras questões abordadas aqui, como, por exemplo, a desesperança. Quero dizer que não comungo da mesma tese. Cada vez que ouço alguém falar em desesperança, vem desses que andam pelos corredores, que nunca leram absolutamente nada, doidos para acharem uma janela oportunista e fazerem uma pergunta besta. Ele se senta e, imediatamente, como se fosse um merengue malfeito, acomoda-se. Está ali e faz pergunta sem pé, sem cabeça.

Pelo que já construímos aqui, temos massa crítica para propor um projeto político de reforma para o País bem melhor do que este de hoje. Qualquer que seja, será um projeto de travessia. Nós não faremos o projeto ideal agora, porque esse projeto de comportamento político vai ter que se condensar na nossa cultura, na nossa dinâmica de comportamento ao longo do período. Ele vai construindo casas de acomodação normalmente nesse processo, e o processo de travessia, a meu juízo, certamente será por voto distrital misto.

As pessoas vêm me dizer o seguinte — o que mais me intriga —: “*Não, mas a lista fechada é só para os caciques*”. Deve ser do partido delas, no Estado delas, onde o coronel é quem manda e os outros não dizem nada. Se elas quiserem fazer um partido em que haja um mínimo de expressão democrática, podem perfeitamente



exercitar a democracia interna e fazer um partido que pode construir uma lista que seja uma representação interna dos seus filiados, que mobiliza, tem eleição prévia, vai muito bem, obrigado.

Mas eu quero abordar, ilustre Presidente, sobre como fica o cidadão Deputado eleito numa lista aqui, no Congresso. Aqui, no Congresso, um cidadão com financiamento público exclusivo de campanha em lista fechada, nestas Comissões, não quer saber da empreiteira, da emenda parlamentar, vai discutir temas importantes para a Nação, para o País, tem um comportamento distinto. Qual é o defeito que ele tem? Fica distante do eleitor. Mas se tivermos uma lista mista, a metade está junto com o eleitor e a outra, com o resto do País. Hoje, nós estamos ao mesmo tempo juntos com o eleitor e a maioria fazendo grandes negócios com o Erário.

Nem uma coisa nem outra. Está muito junto para ter o voto e muito presente para ter parte no Orçamento. A maioria no Congresso, ali onde votamos, no dia em que vai votar e colocar a digital fica pensando: *“Se eu colocar a digital aqui, no que penso, recebo ou não a emenda? Eles vão me dar ou não isso?”* Que grau de dependência há nisto? Quantas e quantas leis são votadas aqui dentro para acomodar cada empresa que tem interesse na sua campanha!? E nós queremos continuar com isso? Tenho certeza de que não.

E mais: tenho absoluta convicção de que nós já produzimos, meu ilustre Presidente. Se quiserem, é possível dar ao País agora. Se o Relator quiser propor um projeto, nós não vamos concordar com o projeto dele, mas será a base fundamental da discussão, com concordância talvez de 70% ou 80%. Vai para o plenário da Câmara, a Câmara então democratiza completamente esse debate, dá amplitude nacional, ganha terreno na discussão, aprofunda-se nas teses de defesa, e nós certamente teremos o desenho da sociedade formulado pelo pensamento dos políticos nas suas divergências ideológicas e no comportamento eleitoral do dia a dia.

Eu tenho absoluta convicção disso e me nego a, assim que chegar a esta Comissão, depois de tudo o que fizemos e trabalhamos, achar que nada vai acontecer. Não costumo nadar para chegar a lugar nenhum.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, gostaria de reforçar o ponto de vista do nosso colega Alceu, porque nós estamos com uma grande responsabilidade nas costas: a da reforma política. E já houve várias frustrações nesta Casa. Espero que nos empenhemos realmente e possamos levar essa reforma a bom termo, para que possa dar resposta à sociedade.

Sobre quem participa do processo eleitoral, e aqui várias pesquisas já foram feitas, há um consenso, praticamente uma unanimidade nesta Casa. O sistema que temos hoje exauriu-se. As campanhas são caríssimas, há excessiva influência do poder econômico, há uma luta fratricida entre os candidatos, e nós precisamos modificar isso. Nós precisamos dar uma resposta à sociedade e aperfeiçoar os mecanismos de representação democrática do nosso País. Nós precisamos fazer uma reforma política que fortaleça os partidos políticos como instrumento coletivo de representação da sociedade. Nós precisamos fazer uma reforma política, Sr. Presidente, que torne mais transparente e interativas as relações entre os eleitores e seus representantes. E que sobretudo essa reforma política propicie uma atuação cada vez mais ética na vida pública.

Quando digo uma atuação mais ética na vida pública, é para os que querem. Para os que não querem, não precisa. Mas para os que querem, às vezes, esse sistema em que nós estamos hoje, de campanhas caríssimas, de compromissos por debaixo do pano, dificulta as pessoas que querem ser éticas e muitas vezes não podem porque a realidade fala mais alto. Com todo respeito a todos, esta é a realidade em que vivemos.

Hoje estamos tratando de três assuntos importantíssimos. Qualquer pessoa de bom senso chega à conclusão de que 27, agora 28 partidos brasileiros, é um número excessivo. Não temos 28 correntes ideológicas no País — em canto nenhum do mundo existe isso —, nem 28 programas, nem 28 propostas, pois não há necessidade. Então, há um excesso, reconhecidamente, partidos aproveitadores, fisiológicos, partidos de aluguel, e isso precisa acabar.



Mas não quer dizer que isso seja defeito do pequeno, defeito só dos partidos pequenos. Nós temos partidos de teses, de programas, como o Partido Verde. Por menor que seja, é um partido que deve existir, que está defendendo um ponto de vista, que tem representantes na sociedade. Nós temos partidos ideológicos, o PCdoB, o PSOL, etc. e tal. Então, como fazer para conciliar isso? Aí o nosso papel de Deputado, de político, de resolver essas equações.

Sr. Presidente, o meu espírito sempre é democrático, sempre é liberal. Acho que essa imposição de dizer que não pode, que pode só tantos por cento, é uma coisa que fica forçada. Acho que, naturalmente, na hora em que fizermos uma reforma política, que proibirmos as coligações partidárias, que sempre foram proibidas no Brasil... Só com o advento da revolução, do golpe militar (*risos*)...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em nome da verdade, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - ...é que, com a sublegenda, foram permitidas. Quer dizer, é um tipo de coligação. E depois, nós já estávamos com a boca torta do vício, permitimos coligações. Ora, coligação é a negação do partido político. Quando se coloca em um saco só nove partidos políticos, como temos na coligação do Piauí, qual é a ideologia, qual é o programa que vai prevalecer? Ninguém sabe.

Então, vamos proibir. E a pesquisa que eu mostrei é a favor de proibir a coligação. Proibindo a coligação, resolvemos um problema sem trauma. Se implantarmos a lista fechada com financiamento público de campanha, como o PMDB está propondo — 50% dos Parlamentares desta Casa eleitos em lista fechada com financiamento público de campanha exclusivo, os outros 50% eleitos pelo distritão do nosso Michel Temer, com financiamento misto privado, como é hoje —, vamos ficar com um número, acredito, razoável de partidos no Brasil. E aqueles partidos, por força de sua ideologia ou de suas teses, como PV, PSOL e PCdoB, prevalecerão, porque estão defendendo uma ideia e não são partidos de aluguel.

Respondendo, para meu voto poder ser computado, sou contra a cláusula de desempenho.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Marcelo, V.Exa. traz uma novidade importantíssima. Esse sistema eleitoral do distritão com lista fechada...



O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É um sistema que vai ser aprovado. Se nós perguntarmos, a maioria dos Deputados desta Casa é a favor do distritão, é a favor da lista fechada com financiamento público exclusivo. Na hora em que juntarmos os dois, vamos fazer uma maioria nesta Casa, vamos dar uma resposta à sociedade e fazer uma reforma importante para melhorar a representação nesta Câmara.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Marcelo, só não entendi o financiamento público. Se eu me candidatar e entrar na lista como sendo do distritão, qual é o financiamento? É o misto ou o público? Qual eu teria?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não. Se V.Exa. se candidatar pela lista fechada, quem vai fazer a sua campanha é o seu partido. Vai receber o recurso do Orçamento da União...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas eu posso me candidatar pelos dois?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Vai fazer a campanha do partido, vai fazer as despesas do partido e vai prestar contas das despesas que o partido fez ao Tribunal Regional Eleitoral. Se se candidatar pela lista aberta, sem quociente eleitoral, que é o famoso distritão, aí vai fazer do jeito que faz hoje, sem nenhum problema: financiamento privado de campanha, fazer seus cartazes, seus cavaletes, seus programas, seu carro de som.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas eu posso entrar na lista e candidatar-me no distritão?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - V.Exa. pode se candidatar pelos dois, sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E o financiamento ?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não. É o partido que faz a campanha, o financiamento público exclusivo de campanhas de quem está na lista. Quem está na lista aberta, distritão, fica como é hoje. A única diferença é que não há o quociente eleitoral e não seriam eleitos os mais votados.

Então, Sr. Presidente, respondendo, sou contra a cláusula de barreira. Por quê? Porque, sendo aprovada a lista fechada, não há necessidade de proibição das coligações.



Fusão e/ou criação de partidos. Para mim, é indiferente, é bom que seja permitido com o liberalismo que existe hoje. Não há nenhum problema.

A federação de partidos se torna importante para os partidos que queiram formar um grupo partidário. Aqui não é uma coligação, porque a coligação se extingue no dia da eleição. Aqui é uma federação de partido que vai funcionar durante todo o mandato pelo qual aqueles partidos fizeram a federação.

Então, isso daqui, na verdade, é um embrião para se constituir novos partidos no Brasil. Quer dizer, três ou quatro partidos que têm identidade ideológica vão formar uma federação, vão participar da eleição, vão trabalhar juntos durante os 4 anos, com um casamento amigável, e, terminando esses 4 anos, é muito provável que eles continuem juntos e até coloquem o nome do partido.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - A federação de partidos será nacional, não poderá ser estadual.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sim, sem dúvida.

Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Simão Sessim, se V.Exa. não entendeu, com certeza a população vai entender esse sistema misto.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, Presidente, eu achei maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu também!

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu estou falando sobre o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu também não entendi, não, mas com certeza a população vai entender.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pelo financiamento, se eu me candidatar pelo distrito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A população, Deputado Simão Sessim, não está entendendo. Se ela ainda não entende aquele que está em vigor há mais de 50 anos, imagine esse sistema misto, no qual se inclui voto majoritário e proporcional ao mesmo tempo!

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É difícil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Estão querendo redescobrir a pólvora.

Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, com relação ao tema da nossa discussão de hoje, a questão tanto da cláusula de barreira quanto das coligações proporcionais e da fidelidade partidária, no atual sistema — peço atenção —, é totalmente inviável e incoerente. O que caracteriza o sucesso eleitoral no atual sistema é a capacidade de somar aritmeticamente votações de candidatos.

Então, a representatividade de um partido em termos do seu programa, do seu ideário, da sua ideologia, das suas ideias e tudo não está em questão quando se vota. O que está em questão quando se vota é qual é o partido que consegue atrair o maior número de candidatos que previamente já dispõem de redutos eleitorais, sejam eles de natureza fisiológica, sejam eles de natureza de uma liderança, digamos, pelo fato de ser um grande jogador de futebol, pelo fato de ser um radialista, pelo fato de ser um pastor. Ou seja, na verdade, hoje, o sucesso eleitoral de um partido é ditado pela sua capacidade de somar candidaturas que previamente tenham uma base eleitoral dentro do que o nosso sistema permite.

Nesse contexto, exigir tanto cláusula de barreira quanto fidelidade partidária é uma incoerência. Fidelidade partidária, porque, na verdade, quem se elege é o próprio candidato. E a lógica do sistema eleitoral é cotovelada para todo lado, e o maior adversário é o próprio colega de partido.

Então, para o sujeito que lutou contra o seu próprio partido, que apenas lhe concedeu a legenda, ou seja, o passaporte para poder ser candidato, entender que ele deva permanecer fiel necessariamente a essa agremiação é uma incoerência.

Por outro lado, a cláusula de barreira cai exatamente na mesma questão. Nada indica que as ideias de um partido que conseguiu com maior eficácia eleitoral somar o maior número de detentores de fortes centros assistências, como é com meia dúzia de lideranças religiosas e com alguns jogadores de futebol, e somar tudo isso e ter um bom resultado eleitoral, aritmeticamente falando, de fato, é um partido cujas teses são aceitas e crescem dentro do eleitorado.

Acho que no atual sistema tanto a cláusula de barreira quanto a fidelidade partidária são institutos de uma grande hipocrisia. Penso, no entanto, que se



adotarmos o voto por lista, parcial ou misturado com outro sistema, aí, de fato, pode-se medir o grau de representatividade das ideias de um determinado partido dentro da sociedade.

No sistema que eu proponho, que é parecido, mas não idêntico ao que o Deputado Marcelo Castro se referiu, que é o voto distrital misto plurinominal, parece-me que seria legítimo estabelecer uma cláusula de barreira sensata no componente voto por lista, porque é onde estamos aferindo a representatividade dos partidos.

Penso que uma cláusula de barreira modesta, de 2%, 3%, caberia para poder, de fato, estabelecer, como ocorre em vários países praticamente em que esse sistema é vigente: na Suécia são 4%; na Alemanha, 5%; na Espanha, 3%. Então, parece-me que uma cláusula de dois a três para o componente proporcional por lista é razoável.

Também me parece razoável, neste caso, estabelecer-se o mecanismo da fidelidade partidária porque é claro que o Deputado, nessa situação, é eleito de fato pelo partido e não pela sua *performance* individual.

No caso de haver um componente majoritário, quer na forma do distritão, quer na forma de grandes distritos — tenho uma visão um pouco diferente do financiamento dessa, já tive oportunidade de dizer isso, mas não é o nosso tema de hoje —, penso que a fidelidade partidária já não se apresenta da mesma maneira e, *por cause*, não faz sentido cláusula de barreira, porque numa eleição majoritária vão se eleger os mais votados.

Se por acaso um candidato conseguir, por meio de uma *performance* individual, eleger-se na eleição majoritária, o fato de eventualmente o partido dele ter obtido menos de 2% da proporcional não deve privá-lo do exercício do mandato, porque ele se elegeu majoritariamente. Acho até que é muito difícil verificar essa hipótese na prática.

Com relação à fusão e à criação de partidos, eu acho que a fusão deveria ser facilitada, para simplificar o quadro. A criação de partidos parece-me que deve continuar vigorando no atual sistema. A federação me parece que também. Parece-me que a federação é um progresso em relação à coligação proporcional.



Particularmente sou favorável a que não haja mais coligação nas eleições proporcionais.

Na verdade, se raciocinarmos em termos do sistema de hoje, já existe uma cláusula de barreira, que é o quociente eleitoral. Então, nós passaríamos, dentro do sistema que eu venho propondo, a ter uma cláusula de barreira pequena, porém elementar, de 2% ou 3% no componente proporcional da lista. Não teríamos, evidentemente, cláusula de barreira no componente majoritário e teríamos ampla possibilidade de federação de partido na forma que foi apresentada: federou tem de permanecer até o final do mandato subsequente.

Sou favorável a que se termine com a chamada coligação proporcional, porque penso que ela produz verdadeiras aberrações e desestimula os partidos a se estruturarem. Eu digo isso porque o meu partido durante muito tempo trabalhou dessa forma e, de fato, só começamos a crescer e a ter uma *performance* melhor quando fizemos um grande esforço para trabalhar sem a coligação proporcional, enfim, sem a coligação na eleição para Deputados e Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Encontro-me inscrito e, assim, transfiro a Presidência ao Sr. Deputado William Dib, embora possa fazê-lo da Presidência diante do fato de que não estamos em deliberação e o debate não importa exatamente nesse aspecto.

Portanto, faço uso da palavra nos seguintes termos: gostaria de me dirigir de forma mais especial ao Deputado Ivan Valente, embora o faça de forma prazerosa a todo o Plenário.

Deputado Ivan Valente, por onde eu tenho andado, presidindo os trabalhos nas conferências estaduais e em algumas palestras no Estado de Sergipe, tenho estabelecido um raciocínio que parte exatamente do art. 1º da Constituição Federal e eu mostro que por esse artigo e pela soberania que a Nação brasileira tem diante das demais, ela se autoconceituou, ou o Brasil se autoconceituou como uma república, autoconceituou-se também como federação. E digo mais: que se constituiu em Estado de direito, em Estado democrático.

Tenho dito que feliz será o povo brasileiro quando alcançarmos esses elementos previstos e conceituados no art. 1º da Constituição, quando, de fato, formos uma república, uma federação, um Estado de direito e democrático. Embora



não vivenciemos num Estado totalitário, não somos, evidentemente, um primor de democracia.

No entanto, tenho dito que se estamos propondo uma reforma na legislação eleitoral, não se trata de uma reforma política do Estado e não chega nem a ser uma reforma na legislação partidária, mas exclusivamente eleitoral.

Tenho por base que o objetivo é aprimorar um desses quatro itens referidos pelo art. 1º da Constituição, que é a democracia. Portanto, é preciso que seja dito de forma muito clara, todas as vezes que alguém desejar, de maneira bem informada ou consciente do conteúdo do que diz, mas sobretudo quando o instrumento ou o objetivo for a falácia, a enganação, que compete a todos nós nos contrapormos, e de forma veemente, quando o objetivo não for o aprimoramento da democracia.

Se se deseja retrocesso — respeito quem deseja —, é preciso que haja consciência de que se está propondo retrocesso ou por engano, por equívoco, ou de forma consciente, embora tentando passar adiante de forma falaciosa, enganosa. Nós estamos aqui diante de um tema que trata exatamente de cláusula de desempenho, ou cláusula de barreira, de fusão e/ou criação de partidos e federação, mas vou ater-me exatamente ao principal: cláusula de barreira, ou cláusula de desempenho.

Vamos ter condição de dizer que estamos querendo aprimorar a democracia e estabelecer cláusula de barreira? Olhem, eu sou do PMDB, mas acho uma excrescência falar-se em cláusula de barreira. Você não dar o direito a pessoas da sociedade de se reunirem para constituir, fundar um partido?! E essa pessoa ainda vai dizer que está desejando, na reforma política, aprimorar a democracia?!

E o direito de associação que nós temos, que todos têm? Uma coisa é estabelecer esses impedimentos que levam o partido nascente à cova, à extinção; outra é estabelecer critérios condicionantes à prática de determinadas ações ou ao acesso de determinados direitos. Porque nós não podemos, na democracia, tratar igualmente os desiguais. Eu não posso tratar o PMDB como se trata o PSC, e vice-versa. Não podemos tratar o PT como se trata o PV, ou o PCdoB, ou o PSOL. Mas negar a esses partidos o direito, primeiro, à existência e ao funcionamento, à perspectiva de amanhã ser grande?!



Eu já disse aqui e vou repetir: o PT nasceu grande? Ah! Porque se o PT já nasceu com Presidente da República, palmas para o PT! É uma exceção ao processo.

Gente, não dá para chegar aqui e falar em democracia, querer aperfeiçoar a democracia; é preciso ferir, e ferir de forma... E não pode ser de outra forma — pelas costas; tem de ser frontal Ou você deseja aprimorar a democracia ou, então, diga que este não é o seu propósito.

Agora, eu não posso ler o parágrafo único do art. 1º da Constituição e o art. 14, que são cláusulas pétreas, e alguém querer justificar ainda, a esta altura, voto em lista fechada. Quem desejar falar em voto em lista fechada preordenada proponha a ruptura do Estado, proponha, através de consulta popular, uma Assembleia Nacional Constituinte e altere toda a Constituição, porque lá está dito expressamente que o poder emana do povo, que o exerce através de representantes eleitos pelo sufrágio universal e pelo voto direto.

Não dá para não falar de forma veemente contra teses — não é contra pessoas, mas contra teses que vêm exatamente para diminuir a democracia. E o voto em lista fechada é uma delas. A outra está exatamente aqui, na Mesa, em discussão hoje, que são as cláusulas de barreira.

Ora, se desejam estabelecer condições... Porque não dar tratamento igual aos desiguais é critério democrático. O direito a tempo de televisão é condicionante, o direito a fundo partidário é proporcional, isto é, condicionante; assim como o direito a funcionamento parlamentar nas casas legislativas é condicionante à representação parlamentar. Mas estabelecer cláusula de barreira?!

Outro aspecto, e agora eu mudo o tom, que vai na direção oposta ao que disse o nobre Deputado Ivan Valente. Quem aqui tem direito de carimbar que o partido A ou o partido B é fisiológico? Eu não tenho. Ou que um partido pequeno é programático, ideológico, e outro não é. Pergunto: ideológico e programático são aqueles tidos como partido de esquerda? Será que não há nenhum partido de direito programático e ideológico, ou isso é discriminação? Se é possível usar essa regra da discriminação — e muito se debate contra ela —, quando se trata de negros, de mulheres, de índios, de minorias... E agora os outros partidos serão discriminados porque estão à direita? Isso é postura democrática? Não é.



Mais um aspecto, para concluir: quociente eleitoral e coligação. Falar em acabar com coligações para Vereador, Deputados Estadual e Federal, mantido o atual sistema proporcional em lista aberta, é crime contra os pequenos partidos. Particularmente, sou contrário. Só se pode mexer na coligação se for alterado, primeiro, o sistema eleitoral, porque, acabando este, qualquer outro puro leva, automaticamente, a tornar inútil a coligação. Mas acabar com a coligação sem mudar o sistema eleitoral — e hoje o vigente é o proporcional, em lista aberta — é matar por asfixia os pequenos partidos, sobretudo porque ninguém aqui falou em acabar com o quociente eleitoral.

Agora, pode-se acabar hoje com a coligação se o quociente eleitoral acabar, não tratando mais de sobras. Pode-se muito bem estabelecer aquela primeira regra para saber quanto cada partido fez. Mas aqueles que não atingirem o quociente eleitoral participarão de outra divisão pelas sobras. Porque, muitas vezes, um partido que não atinge o quociente, digamos, de 100 mil votos... Digamos que ele obteve 99 mil votos; daqui a pouco um terceiro ou um quarto faz um Deputado com sobras de 20 mil, enquanto aquele que obteve 99 mil votos não elegeu nenhum. Isso é injusto, é antidemocrático.

Por isso, muito do que está sendo discutido no Congresso Nacional, nós, Deputados Federais e Senadores, não temos legitimidade para deliberar, porque aqui só deliberamos de acordo com os nossos interesses pessoais.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

Volto a reafirmar... Darei a palavra a todos. Mas eu quero dizer...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Além de V.Exa. estar falando em altos decibéis, está agredindo o conjunto das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero dizer aqui, em alto e bom som...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Em bom som, mas não tão alto assim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não me sinto em condições de decidir, por exemplo, sistema eleitoral, porque não me sinto com legitimidade. Não irei aqui deliberar contra os meus interesses de ordem pessoal. Esta é a lei da sobrevivência, que é natural, exercida pelos humanos, pelos animais



e pelas plantas. E se eu não tenho condições de deliberar, porque aquilo que desejo entra em conflito com o desejo da sociedade... Porque, em grau mais elevado, vejo a sociedade, e não a mim.

Esta a explicação que desejo dar.

Por isso, há mais ou menos 20 anos, não houve reforma eleitoral no Congresso Nacional, porque todos nós, Parlamentares, ao chegarmos ao *atelier*, desejamos corte do paletó que bem assente em cada um de nós. Vemos aquilo que nos interessa, deixando de lado a sociedade.

Volto ao princípio: aprimorar a democracia dessa forma — e eu represento apenas 1 entre 513 —, com a minha chancela, em hipótese alguma; não serei responsabilizado por retrocessos na democracia em nome de quem, de forma falaciosa, propõe avanços na democracia. Com toda a sinceridade, eu não farei isso.

Digo aos senhores e às senhoras, sem nenhum demérito, que vejo a todos com dignidade e respeito. O que de fato eu disse — não o que quis dizer — é que, quando se entra em conflito nossos interesses pessoais e os interesses da sociedade, não temos legitimidade para decidir. Temos de mandar isso para o plebiscito, a fim de que a sociedade decida.

Esta é a minha avaliação — claro, respeitando a de todos.

Agora, em determinado momento, não se pode falar com tom diferente, nem sem a necessária veemência, quando se deseja, ou por equívoco ou por tentativa de enganação, ferir de morte a democracia. E eu não estou no Parlamento para tentar fazer dele instrumento para o totalitarismo.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, pela ordem.

V.Exa., para ser coerente com o que acaba de colocar deveria renunciar à Presidência da Comissão, uma vez que enumerou uma série de empecilhos que de fato limitam o escopo de funcionamento dela própria. Porque, se não podemos mais, porque desagrada a V.Exa, deliberar a respeito de sistema eleitoral, qual o sentido da existência desta Comissão?

Em diversas ocasiões tenho dito que por vezes V.Exa. se excede e confunde o necessário equilíbrio ao exercício da Presidência, que pode evidentemente ter a sua opinião e a sua posição, mas deve exercê-la à maneira presidencial.



V.Exa. fez aqui um longo, apaixonado e razoavelmente arrazoado panfletário, que, a meu ver, ultrapassou bastante o que se espera de um presidente que quer firmar uma comissão plural. Existem diferentes opiniões. Em princípio, nenhuma opinião atenta contra a democracia; todas as opiniões têm o intuito sincero de contribuir para a democracia. E aquilo que V.Exa. taxa de totalitarismo é o sistema eleitoral de países de democracia tão avançada quanto Espanha, Portugal, Suécia, e outros. Não são ditaduras — o senhor me desculpe.

Na verdade, se é para se estabelecer limites e tabus na nossa discussão... Porque não podemos aqui tomar decisões relativas a mudança de sistema eleitoral, não podemos, por exemplo, decidir pelo voto por lista — embora acho que provavelmente esta não será a tendência, e, sim, por algum sistema misto. Mas, se o fosse, seria perfeitamente legítimo — por que não? O sistema por lista é absolutamente democrático. Alguns países do mundo, onde a democracia é mais avançada, usam esse sistema.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concederei a palavra, mas não posso fazê-lo de forma tumultuada.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

A Presidência precisa encaminhar. Se eu concedi a palavra inicialmente ao Deputado Alfredo Sirkis, imaginei que S.Exa. fosse tratar de uma questão de ordem, ou pela ordem, de encaminhamento. E eu o fiz...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Pois eu quero levantar uma questão de ordem.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Um momentinho, por favor!

Eu concordei e permiti que S.Exa. falasse até o final. Evidentemente, concederei a palavra pela ordem, para os Parlamentares encaminharem os procedimentos da sessão, não para emissão de conceitos. Porque, para emitir conceito, eu estava inscrito e me senti, e me sinto ainda e doravante, em condições



de emitir os meus conceitos. E está inscrita a Deputada Erika Kokay para tanto. Mas, se V.Exa. pedir a palavra pela ordem, e eu lhe concederei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sou eu, Sr. Presidente? Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - A minha questão de ordem é a seguinte: tanto a Presidência quanto qualquer outro inscrito no debate a partir de agora que se atenham ao tema sobre o qual estamos aqui para debater.

V.Exa. fez uma colocação muito ampla, e, evidentemente, despertou em vários de nós uma vontade de interrupção pelo conteúdo dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas poderia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Poderia — não tem problema. Estou sugerindo que siga as inscrições, e que quem quiser responder a V.Exa. que o faça no momento em que estiver inscrito para falar... E nem V.Exa. responda ao Deputado Alfredo. Vamos seguir a ordem dos inscritos para discutir as questões de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado Lourival Mendes pediu a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, eu não posso deixar de me omitir, diante da relevância dos argumentos levantados por V.Exa.

Eu dizia ao nosso Governador — e até parece que V.Exa. leu o meu pensamento — que entendi perfeitamente as colocações do Deputado Alfredo Sirkis, embora delas discorde. Quero parabenizá-lo porque poucos têm a coragem de fazer o que V.Exa. acabou de fazer nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Essa não é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Poucos têm a coragem de fazer isso. Eu vou me resguardar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não tem amparo no Regimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Só um minutinho, só para concluir meu pensamento.



O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Se ele não levantar uma questão de ordem, eu vou me retirar, Sr. Presidente!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Está com a palavra o Deputado Lourival Mendes.

Eu não costumo, da primeira até a presente sessão, cassar a palavra de quem quer que seja.

Com a palavra S.Exa..

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, eu vou me resguardar, para me manifestar na oportunidade em que for fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por questão de consciência própria de V.Exa., e faço um apelo para todos, não me compete, como Presidente, assumir posições autoritárias, o que não desejo. Muitas vezes, as minhas posições não são autoritárias, mas são muito claras, muito veementes, e as defendo. Mas não gosto de, na Presidência, assumir posições que não sejam condignas com quem preside uma sessão com iguais. E vejam que ouço a todos, e com muita paciência. Ouvi a todos na Bahia com muita paciência. Eu fui o último a falar; e, quando eu falei, disse aquilo que realmente desejava.

Quando o Deputado Alceu Moreira fala, usa o sotaque peculiar do gaúcho. Isso é próprio dele, e todos nós o ouvimos e o respeitamos. Por isso, gostaria que todos aqui respeitassem a palavra de todos, sem exceção, inclusive o tom de cada um, até porque o tom ou os decibéis não são desrespeitosos nem motivo de desrespeito contra quem quer que seja.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputada, só um minutinho!

Eu acho que todos podemos tentar entender a sua fala, Sr. Presidente, porque é um conceito que V.Exa. tem defendido há muito tempo.

Devemos entender o seguinte: a legitimidade para V.Exa. só existirá se houver o plebiscito, que é o meio mais legítimo que a reforma política pode sustentar. Este foi o meu entendimento, e não outro.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, não me incomoda sobremaneira o tom de voz utilizado por V.Exa., até porque creio que as pessoas têm sua singularidade na sua capacidade de expressão. Mas me incomoda o nível de rebaixamento, a diferença que V.Exa. exalou. Ou seja, ao dizer que estão aqui os que defendem a lista fechada em prol de seus próprios interesses, acho que se atentou contra a democracia, que é absolutamente peculiar e vital para este Parlamento. Este Parlamento significa divergências e diferenças de ideias e projetos políticos. Isso é democracia. Na medida em que temos posturas diferenciadas, elas devem ser respeitadas, sem nenhum tipo de desqualificação. Ao dizer que os interesses são próprios, que as pessoas estão aqui defendendo interesses particulares em detrimento de interesses coletivos, há uma redução da qualidade do próprio debate e do próprio sentido de democracia. Na minha avaliação e na minha leitura, democracia é impedir que sejam eleitas pessoas ou personagens em detrimento da própria discussão de ideias e projetos.

Penso eu que reforçar os partidos políticos é absolutamente intrínseco à própria democracia, tanto que as ditaduras não gostam dos partidos. Elas tentam anular os partidos e transformar as escolhas eleitorais em escolhas individuais e pessoais. Essa é a lógica, inclusive da República Velha. É preciso fechar o ciclo e fazer o luto para avançarmos no sentido do princípio básico da construção, que é: *“Todo poder emana do povo”*. Concordo com V.Exa. E, em nome dele, será exercido, para que se defendam as ideias, que são coadunadas com o interesse da própria população brasileira. Para isso servem os partidos.

Portanto, Sr. Presidente, penso que esta discussão sobre a reforma política...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A senhora me permite uma observação?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não disse que quem defende a lista fechada defende interesse pessoal. Eu disse que quem defende a fechada defende interesse pessoal; como eu, que defendo o Distritão, defendo também interesse pessoal. Eu disse que os interesses pessoais se contrapõem aos interesses coletivos. Por isso, não me sinto com legitimidade para decidir uma coisa



quando meu pensamento está em conflito. O que eu falei da lista fechada é que quem a defende, ou por engano ou por falácia...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está atentando contra a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pronto! Foi isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu não estou aqui em defesa de interesses pessoais. Aliás, nem paletó eu uso. Não estou aqui para vestir o paletó de acordo com o próprio tamanho e para moldá-lo de acordo com a minha vontade individual. Penso que nenhum dos Parlamentares que aqui estão o faça para defender seus interesses pessoais — ou um paletó que seja absolutamente moldável à sua estatura e à sua estrutura.

Portanto, Sr. Presidente, eu particularmente me senti ofendida com a redução da minha atuação nesta Comissão — pelos interesses pessoais e particulares. Nós estamos discutindo aqui como criarmos um sistema eleitoral e uma reforma política inclusive que possam valorizar as ideias e qualificar a representação popular, que possam fazer valer que todo poder emana realmente do povo. Porque, via de regra, esse poder não emana do povo. É dentro dessa discussão que se coloca a questão da própria coligação. As coligações dão-se neste momento como uma avaliação e uma análise essencialmente eleitoral. E, muitas vezes, elas não estão irmanadas por propostas irmãs. Agora, quando nós dizemos que é preciso eliminar as coligações para que o poder do povo não seja fraudado, também dizemos que é preciso criar instrumentos para se preservar os pequenos partidos na sua capacidade de exalar as ideias que representam um segmento da população, sua ideologia e seu caráter programático.

Por isso, é preciso construir as federações, porque elas significam que não são arranjos construídos com cálculo unicamente eleitoral. Não são arranjos que se estabelecem transitórios e que não permanecem na execução do mandato. Não são arranjos que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É por isso que eu digo que as circunstâncias é que determinam os interesses. Eu vi o Partido dos Trabalhadores lá atrás — para concluir. É o segundo exemplo: votar contra o parlamentarismo. Porque o parlamentarismo precisava de partidos fortes, e nós não tínhamos partidos fortes. Agora se defende o quê? A lista fechada.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há contradição. Isso é circunstância e interesse de grupos e de partidos, ou não?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Virou não sei o quê. Não dá para continuar desse jeito.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu pedi um aparte.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por favor, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A primeira coisa: eu respeito a sua posição acerca da necessidade de um plebiscito. Não concordo com ela. Não concordo porque nós estamos aqui... Nós estamos aqui, então, provocando ou revivendo o mito de Sísifo, que carregava uma pedra por punição de um deus, segundo a tragédia grega, mas que, sempre ao chegar ao topo da montanha, via que a pedra continuava a rolar. Nós estamos aqui porque existe a necessidade de uma reforma política, e nós estamos exercendo o poder emanado do próprio povo para isso.

Mas V.Exa. não apenas omitiu uma opinião, V.Exa. reduziu e desqualificou as nossas opiniões, divergentes da sua, na medida em que disse que estávamos aqui defendendo interesses particulares.

Eu, como membro do Partido dos Trabalhadores, digo que não é a postura do Partido dos Trabalhadores, a sua história... Belíssima, inclusive, e que comprova uma série de teses que defendemos no dia de hoje. Mas não é a história do Partido dos Trabalhadores o palco desta discussão. Nós estamos aqui para analisar as posições políticas, e queremos respeito a todas elas, ainda que carreguem diferenças, porque são inclusive fundamentais para a própria democracia.

Concedo aparte ao Deputado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Deputada Erika, quero aqui me solidarizar com suas palavras, e inclusive dizer que sou do Democratas, um partido de ideologia completamente diferente do de V.Exa.

Acho, Presidente, e quero deixar aqui registrado, que nós estamos aqui legitimamente representando o povo. Isso é legítimo. Esta Comissão foi criada para



que representantes do povo, que estão legitimados pelo povo, aqui discutissem e encontrassem caminhos. Da forma que V.Exa. está colocando, que só acredita nessa reforma através de um plebiscito... Se fosse assim, se eu acreditasse nisso, era para que a gente parasse hoje e começasse a discutir os termos do plebiscito. Mas eu acho que este é um tema muito complexo para ser tratado num plebiscito. Num plebiscito se trata de assuntos básicos, sobre se é a favor da monarquia ou da república, se é parlamentarista ou presidencialista... E como é que se faria um plebiscito para ouvir as diversas formas e diversas composições que se tem, por exemplo, no sistema eleitoral de um país?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Podemos até discutir, Deputada — só para terminar — que se faça um referendo, que se daria depois de concluídos os trabalhos, para se verificar se a população acordou ou não.

Então, Sr. Presidente, eu acho, honestamente, que V.Exa., da forma que colocou, reduziu bastante a Comissão, a ponto de ficamos a avaliar se de fato aqui...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Presidente faz soarem as campanhas.)

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Diante dessas colocações de V.Exa., que é o nosso condutor, quando diz que só acredita que seja feita a reforma política através do povo, através de uma decisão do povo, que seria com um plebiscito... Honestamente, acho que, se caminhamos para um plebiscito, será porque não queremos fazer a reforma política. Se quisermos fazer a reforma política, podemos até discutir aqui e dizer que a reforma política vai valer daqui a duas eleições, ou vai valer daqui a uma eleição. Porque aí não estaríamos vendo a condição pessoal; aí se apresentaria para o Brasil uma reforma política. E é isto que eu defendo.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, só para concluir.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente... Para retomar as inscrições, Sr. Presidente. Uma questão de ordem. Os apartes...

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Deputada... Me permite, Deputada?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Erika Kokay, a palavra é de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - u estou em conclusão.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Eu queria fazer um apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Erika Kokay, V.Exa concluiu a palavra?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se concluiu, passarei a palavra a Deputado Eduardo Azeredo, que é o seguinte inscrito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu não concluí, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de concluir, dizendo que ninguém aqui é dono da democracia porque ela é uma construção coletiva; e sem construção coletiva não há democracia.

A segunda coisa é que nós não podemos desqualificar, sob pena de estarmos em uma comissão que não tem a condução necessária para realmente fazer uma reforma política, as opiniões diferentes ou divergentes. Eu digo que é preciso abrir os espaços para que as diferenças se coloquem, para que possamos construir os consensos que se fizerem possíveis de serem realizados. E creio que o serão. Não acho que esta Comissão de Reforma Política... Ela não será um engodo, na minha avaliação, porque tem caminhado na perspectiva de trazer respostas e de dialogar com a própria população.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Portanto, Sr. Presidente, gostaria, só para concluir, que V.Exa. não pudesse mais, na condução desses trabalhos, nunca mais pudesse dizer que existem Parlamentares que estão defendendo seus próprios interesses e propondo retrocessos na construção da democracia.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O meu direito ao exercício parlamentar V.Exa. não vai impedir nem tolher!

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Eduardo Azeredo, inscrito para falar.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Eduardo Azeredo. Logo a seguir, Deputada Jô Moraes.

Com a palavra V.Exa., pela ordem.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, faço um apelo à Comissão, um apelo pela calma. V.Exa. foi muito feliz quando pediu a palavra e pediu ao Deputado William Dib para assumir o seu lugar. V.Exa. não falou como Presidente da Comissão; falou como Deputado. Exacerbou-se aqui... E eu não quero ser o advogado do diabo, não. V.Exa. falou do seu sentimento. Não é como Presidente da Comissão. Não é! V.Exa. não falou como Presidente da Comissão; falou como Deputado. Evidentemente, V.Exa. tem o seu direito de defender o plebiscito, como eu também — e eu sou contra; sou do seu partido, e sou contra.

Agora, é claro que, nesta discussão aqui, temos que atentar para um fato: que esses partidos pequenos são imorais. E eu respeito o PSOL...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Pequenos são imorais!

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - O que é isso aí?

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Dá licença! Deixe-me terminar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - O PSOL, por exemplo, é um partido pequeno...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - V.Exa. rasga a democracia!

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Dá licença! Eu conheço, em Minas Gerais...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Não! Só se for no Estado de V.Exa.!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Lá tem...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Não! Espera aí!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Lá tem, em Minas Gerais, Sr. Presidente, uma casa com quatro quartos...

O Ivan Valente, por exemplo, aqui é um Deputado ideológico, de um partido pequeno, que eu respeito porque ele defende seus pares com unhas, dentes e idealismo. Chato, muitas vezes, mas é assim. Chato, muitas vezes, porque interrompe muito. Mas é assim.

Nós não podemos, neste País, ter 28 partidos. Então, eu entendo que cada um aqui tem o direito à sua palavra. É um direito "descartiano". Não concordo com o que ele diz, mas defendo até a morte o direito de ele dizer. Esta é a minha expressão. E convido todos à calma, para que possamos trabalhar com calma nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Uma questão de ordem, Sr. Presidente .

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Então vamos lá, Presidente! Mais uma questão de ordem aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Uma questão de ordem porque, sinceramente, eu me envergonho, nesta noite, com respeito a todos os Parlamentares, de estarmos vendo e ouvindo o nível com que as colocações estão sendo feitas. Eu ousaria dizer que, se há alguma imoralidade, alguma indecência, é o estelionato que os grandes partidos querem fazer com os pequenos partidos.

E eu pediria, com todo o respeito que tenho pelo nosso Governador de Minas, que ele listasse, em seu Estado, quais os partidos que foram indecentes, na sua avaliação...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Há inscritos, Deputado!

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Porque é muito importante...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Vamos deixar de...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - ...é muito importante que V.Exa. faça isso.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Eu vou listar.



O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Isto é um assunto sério!

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Eu vou listar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Assegure-me a palavra, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza, por gentileza! Eu desejo assegurar a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, somos colegas há muito tempo e gosto de V.Exa., que, sem nenhuma dúvida, tem todo o direito de se manifestar. Mas, na qualidade de Presidente, para emitir opinião, entendo que V.Exa. deve voltar para a bancada de cá. Não fomos muito felizes hoje — houve um certo excesso —, e acabou acontecendo toda essa confusão. Por isso, se V.Exa. manifestar sua opinião do campo de cá vai deixar as coisas mais fáceis.

Voltando ao tema da cláusula de desempenho — como prefiro chamar a cláusula de barreira —, a democracia, evidentemente, pressupõe o respeito às minorias. A minoria tem que existir e quer ser respeitada. Acredito que ninguém hoje, em sã consciência, defenda a volta ao sistema bipartidário, que vigorou no regime militar. Por outro lado, não podemos adotar um regime em que haja 513 Deputados, sendo cada um de um partido. No entanto, estamos caminhando para isso. Notícia de jornal de hoje diz que a Mesa da Câmara — esta Câmara — decidiu ontem que a bancada do eu sozinho — com um Deputado — tem direito a todas as prerrogativas de Liderança, ou seja, mais tempo na tribuna, mais 2 funcionários de assessoria, e assim por diante. Isso, a meu ver, constitui um privilégio para a minoria, e nisso já não vejo sentido. E não tem sentido porque precisamos de partidos fortes. Os partidos maiores evidentemente representam a maior parte da sociedade. A democracia tem de respeitar a minoria, mas, quando não se chega ao consenso, que é o ideal — que deve ser buscado, mas que nem sempre é conseguido —, deve prevalecer a vontade da maioria.

De maneira que acredito que a cláusula de desempenho não tem nada de antidemocrática e pode, como disse aqui o Alfredo Sirkis, ser feita com um percentual mais baixo. O problema todo está nas prerrogativas dos partidos.



Há pouco eu mostrava à Deputada Íris de Araújo este papel que recebi, na rua, de um cidadão em Belo Horizonte. Ele me disse tratar-se do "Partido da Atuação Parlamentar Ampla e Independente — PAPAI". E aqui está tudo o que ele pretende fazer aqui: extinção do Senado, adoção da pena de morte, e assim por diante. O nome do cidadão é Artur Neves — mas não é parente do Aécio.

Ora, ele tem todo o direito de ter essa opinião, mas, como partido, não pode ter as mesmas prerrogativas que um partido que representa 20%, 30% ou 40% da população. Este é o ponto a que temos que chegar. Podem existir vários partidos? Sim. Pode haver 100 partidos, se quiserem. Agora, eles não podem ter as mesmas prerrogativas de quem realmente tem representatividade — este é o ponto. E, para ter representatividade, o partido precisa ir crescendo, como o PT foi crescendo, aos poucos — o Deputado Ivan Valente se esqueceu de que o Luiz Dulci foi um dos primeiros Deputados do PT, um dos cinco que tinha o partido na Casa, quando se abria a democracia brasileira, quando dos dois partidos que havia passamos a ter cinco, por um bom tempo. O MDB se dividiu em três: PDT, PTB e o PT. Depois, o número de partidos foi se ampliando. Agora, até o PDT e o PTB surgiram por divergências internas. Ivete Vargas e Brizola queriam a sigla de Getúlio, etc.

Enfim, não temos nada contra os chamados partidos ideológicos, como o PCdoB e o próprio PSOL, fruto de uma dissidência do PT. Não dá para dizer que o PSOL nasceu da base, porque ele nasceu de uma dissidência do PT; e hoje é um partido com representação em vários Estados. Mas o fato é que há partidos que só existem em época de eleição e que negociam seus tempos. Não podemos tampar o sol com a peneira e não reconhecer que isso acontece na realidade política brasileira. Alguém há de perguntar por que não fazemos um pacto entre os grandes partidos para que não se faça alianças com esse partidos. A resposta é que, na prática, ninguém faria isso. Se meu partido deixar de se aliar a um partido pequeno por causa de tempo de televisão, esse partido pequeno vai se aliar a outro e levar o tempo de televisão para esse outro. O problema, portanto, é o tempo de televisão, é o fundo partidário, é ter Liderança nesta Casa, detalhes que não podem ter o mesmo tipo de tratamento.

Eu a defendo sim, a maioria no PSDB defende a cláusula de desempenho. Ela não foi derrotada no Supremo Tribunal Federal no mérito, mas na forma. Ela foi



derrotada no Supremo quanto à forma. É importante que isso seja lembrado. Ela pode existir, sim, em percentuais normais, que podem ser 1, 2, 3. Temos que estudar o percentual que seja melhor.

Era isso o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra à nobre Deputada Jô Moraes.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, acho que esta Comissão, em algum momento, vai ter que buscar construir alguns consensos ou alguns pensamentos majoritários.

Há uma primeira questão sobre a qual acho que há consenso. Concordo com V.Exa., estamos fazendo mera alteração na legislação eleitoral, não uma reforma política. Não existem condições, nem na sociedade, nem internamente nas Casas, de fazer uma verdadeira e real reforma política. Mas chegamos a um consenso: é preciso reforçar os partidos.

Quero lembrar a nós parlamentaristas que sabemos o caminho de reforçá-los. Quem não viu agora o resultado da eleição na Itália? Na Itália se escolheu um programa, um programa diferenciado do programa de Berlusconi. Na Espanha foi derrotado o pensamento dos socialistas. É programa. Estamos discutindo o reforço dos partidos não porque temos que reforçar os que estão aí. Temos que reforçar os partidos porque temos que reforçar o debate sobre o projeto de que o Brasil precisa. E os partidos têm que discutir isso. O projeto do Berlusconi era um. Foi derrotado porque levou a Itália a uma grave crise econômica, ao crescimento do desemprego, à crise na indústria. Nós temos que reforçar os partidos políticos.

Queria abrir um parêntese, Presidente e Governador. Lembro um aspecto que para nós, os comunistas, é muito caro. Por exemplo, os Parlamentares já imaginaram que o cerceamento da liberdade de representação e de expressão pode levar a um acirramento dos conflitos sociais que hoje, em certa medida, nós que somos marxistas, que fazemos análises dos conflitos de classe, vemos que estão amainados porque há possibilidade da sua representação e da sua expressão nos parlamentos e nas instituições? Ou não imaginamos o que significa o cerceamento



da democracia e o que vão realizar as minorias, sem voz, sem representação, sem possibilidade de intervir na vida brasileira?

Acho que é fundamental que tenhamos essa compreensão. Por isso o reforço dos partidos políticos tem que servir para o aprimoramento da democracia. Nesse aspecto, temos três questões postas.

Cláusula de barreira. A cláusula de barreira — o Deputado e amigo Eduardo Azeredo sabe perfeitamente quanto divergimos disso — é filha de um período autoritário. Ela surge nesse período e não é necessária. Existiu um partido que, em 1992, elegeu um Presidente da República, e a sociedade fez com que ele sumisse. Não é a cláusula que vai definir o aprimoramento e o reforço dos partidos políticos.

Deputado Eduardo Azeredo, concordo quando V.Exa. diz que há mecanismos no funcionamento dos parlamentos que podem estimular isso, o que podemos discutir. Não faz sentido ter uma mesma expressão ou ter estrutura, etc. e tal, partidos com força diferente, mas impedir por mecanismos externos que os partidos existam.

A segunda questão — o Deputado Marcelo não está aqui — é que a coligação é filha da democracia, da redemocratização. A coligação não é filha do autoritarismo.

Gostaria de perguntar ao Governador Amin por que não se está falando em se acabar com a coligação majoritária. Não é para reforçar os partidos políticos? E a coligação não é obrigatória, é um instituto que a sociedade aceita ou não. Sabemos que, na eleição da Itália, a coligação, a concertação veio depois da eleição do partido. Nós queremos fazer um acochamboamento. Do Parlamento, da representação se tira a coligação majoritária, que é parte de uma Constituição democrática, mas, para os Governos, porque têm tempo de TV...

Eu não quero identidade. O Governo hoje é o governo do Partido dos Trabalhadores? Poderia ser, mas a história do Brasil, a construção democrática deste País nos levou à pluralidade. A diversidade da nossa sociedade leva a essa pluralidade de representação.

Então, acho que não faz o menor sentido, é uma incoerência mantermos a defesa da coligação majoritária e acabarmos, ou tentarmos acabar, com a coligação proporcional.



Por último, quanto a essa questão, acho que nós — alguns partidos aqui — temos um consenso, que é livrar o voto do arcabouço do poder econômico, o que é o grande desafio. Nós não temos conseguido resolver isso. É, sim, a construção fundamental para que, como alguém disse, o voto não seja o da lista fechada dos mercados nem o da lista fechada dos partidos.

O meu partido é contra a cláusula de barreira. O meu partido considera uma incoerência essa questão da coligação. O meu partido considera que o financiamento público e a lista preordenada são uma das opções que se apresentam.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - *(Falha na gravação)* ...a manifestação de V.Exa. Naquilo que me toca, eu agradeço mais uma vez.

Com a palavra o nobre Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, sobre aquela questão de ordem, antes de entrar no mérito, eu quero ponderar a V.Exa., Presidente desta Comissão, que, ao conduzir os trabalhos, leve muito em conta o que diz o art. 17, § 2º, para o bom andamento dos trabalhos e para o bom desempenho de V.Exa. De acordo com esse dispositivo, o Presidente só poderá tomar parte em debate depois de transmitir a presidência para outro e só retornará após a conclusão daquilo que está sendo objeto de sua interferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado José Guimarães, isso é para a hipótese de Ordem do Dia. Verifique o Regimento. Isso é para a hipótese da Ordem do Dia, quando há deliberação!

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não, na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quando não houver deliberação — aceito plenamente o que o Deputado Eduardo Azeredo aqui falou —, eu deixarei a Presidência, irei ali para a base, e o Deputado William Dib ou o Deputado Edinho assume a presidência. Agora, eu não vou deixar de usar o meu tom, porque ele é próprio meu e não agride quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não se trata, Sr. Presidente, de problema de tom. V.Exa. tem todo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu não usei aqui nenhuma expressão menor para atingir quem quer que seja. Eu disse o seguinte: *“Não me sinto... não vejo o Congresso Nacional com legitimidade para decidir aquilo que diz respeito à vida de cada um de nós, Congressistas. Quem tem a legitimidade é a população”*. Foi só isso o que eu disse.

As pessoas gostam de falar, mas não gostam de ouvir. Veja o plenário como se encontra. O plenário se encontra assim.

Agora, imaginar que vai cercear o meu direito de falar não vai. E esse dispositivo a que V.Exa. se refere existe, mas quando se trata de Ordem do Dia, de deliberação. Eu fiz questão de dizer aqui: *“Nós não estamos em deliberação”*. Pedi inclusive ao Deputado William Dib que assumisse a presidência. Ele disse: *“Não há necessidade”*. Eu também não vejo, porque o Regimento faz essa ressalva.

Eu peço à assessoria, por gentileza, se tiver um Regimento, que me passe, enquanto S.Exa. fala. Ao final da reunião, eu vou mostrar o dispositivo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Pois bem, veja a postura de V.Exa como Presidente. Mal eu coloquei a minha questão como uma ponderação a V.Exa., V.Exa. intempestivamente já interfere e interdita a minha linha de pensamento.

Falo isso, Sr. Presidente, porque eu sou muito respeitador da ordem institucional vigente. Quando eu levantei isso, foi para o bom andamento desta Comissão. E eu estou aqui, eu não saí. Alguns colegas Deputados saíram porque não aceitaram a forma como as coisas estavam sendo conduzidas.

Portanto, estou fazendo a ponderação a V.Exa. sobre essa questão da interferência permanente, ampla, geral, irrestrita, quando se está debatendo e quando vários Parlamentares estão com a palavra.

Dito isso, eu entro no mérito da questão que está em pauta aqui, Sr. Presidente.

Eu penso que o art. 17 da nossa Constituição, quando trata da organização partidária, estabelece que é livre a organização partidária. Eu entendo que isso deveria ser quase como uma cláusula pétrea. Não é o fato de alguns partidos se degenerarem que vamos interditar a livre organização sindical e partidária. Se partido pequeno A ou B, como alguns dizem, não tem nenhum tipo de organização e alguns deles se transformam, muitas vezes, em legenda de aluguel, ou a serviço



desse ou daquele grande partido, é um problema. Corrigir essa distorção do modelo atual não nos autoriza a quebrar aquilo que os Constituintes de 1988 inscreveram na nossa Carta Magna. São dois princípios, que para mim são cláusulas pétreas. O primeiro: todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido. O segundo princípio, quando se trata dos direitos fundamentais e da organização partidária, Deputada Jô, é a livre organização partidária.

Temos então, ao preservar tais princípios, que evoluir para um sistema que corrija essas distorções, e não será impondo limites à organização dos partidos. Alguns partidos são programáticos, ideológicos e oferecem enormes contribuições. Aliás, imaginem nós, Deputados, cada um com uma origem, nesse processo de construção democrática, se não fossem muitos desses partidos, se não fosse o PSB, o PCdoB, considerados partidos menores. Na verdade, são partidos que expressam determinada vontade programática. É verdade: não são majoritários na sociedade, mas expressam parte da sociedade. O PT nasceu assim e hoje expressa uma parte maior da sociedade.

Parece-me que deveríamos preservar esses princípios na hora da discussão da reforma partidária. Para mim, é livre totalmente a organização partidária. O que deveríamos discutir é como pôr travas naqueles partidos que não exercem a condição de serem dignos da política nacional. É isso o que temos de ver.

Não é o caso de estabelecer assim: você vai existir, e você não. Não se pode, Deputada Jô, estabelecer que o ideológico exista, e o outro não. São princípios. Então, não podemos estabelecer assim. Mas dá para estabelecer algumas regras, para fazer um certo filtro. Há realmente, Deputado Newton Cardoso, nessa matéria, e não nas nossas decisões, se elas são tomadas a partir de interesses individuais e particulares — não é o meu caso, como também não é o de muitos aqui —, partidos menores, às vezes, como presenciei em vários momentos, que não se dignam a representar inclusive o eleitorado que os levou a ter alguma representação nacional.

Portanto, nós não deveríamos piorar o modelo atual. A reforma não pode ser para piorar. Ela tem que melhorar. Ou melhora, ou deixa como está. Afinal de contas, do jeito que está, é possível se construir estágio democrático em que estamos vivendo. Vejam bem, é uma das democracias políticas mais avançadas do mundo. Tem distorção? Tem. Há uso do poder econômico? Há. Precisa do



financiamento, que é outra discussão? Precisa. Tem distorção na organização? Tem. Existe tudo isso. Há todo o modelo que foi fundamental para a consolidação democrática, como há distorções, que precisam ser corrigidas.

Esse é o fio da navalha em que teremos de nos conduzir nessa discussão. O processo aqui tem que ser no seguinte limiar: aquilo que mais nos unifica.

Por fim, as coligações, sem que deem alternativa, não me parecem o melhor caminho. Não acho que esse seja o melhor caminho.

É claro que o Deputado Eduardo Azeredo tem razão. Não pode um partido como... Vamos considerar o PT e o PCdoB. O PCdoB tem os mesmos direitos que tem o PT.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - O PCdoB é partido grande. O PCdoB é partido grande.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não, eu sei. Do ponto de vista da representação...

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - O PCdoB é partido grande, ouviu, Deputada Jô?

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - ...da qualidade do exercício da atividade parlamentar. Então...

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - É partido grande o PCdoB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Há essas gradações. V.Exa. tem absoluta razão. Não pode também haver tempo igual para todo o mundo. Estou fazendo essa ressalva para também não colocar todo o mundo no mesmo patamar, porque senão eu estaria desconstituindo aquele princípio de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido, e isso se dá por meio da representação.

Sr. Presidente, devemos ter muita cautela ao construir de fato aquilo que melhora substancialmente a democracia brasileira. E têm razão aqueles que aqui falaram: não há democracia forte sem partidos fortes. Eu sou mais da tese do coletivo. Para mim, o coletivo se sobrepõe ao indivíduo. Quanto mais programas e mais partidos, para mim, mais qualidade terá a democracia brasileira. Acho que deveria ser esse o caminho.



Estabelecer a cláusula de barreira, bem como o fim das coligações, eu acho que interdita um processo. Não se corrigem as distorções pela imposição. As distorções nós precisamos corrigir de outro jeito.

Eu tenho muitas dúvidas sobre isso, sobre como tratar essa questão. Mas, na dúvida, eu não vou pelo caminho mais fácil, porque eu inclusive já fui pequeno. Eu sei o quanto nós suamos para construir o PT. Portanto, isso tem que ser levado muito em conta. É claro que o PT teve todos os seus méritos para se tornar um partido nacional, porque também nós tivemos a possibilidade de governar o Brasil, é natural o crescimento do PT, mas, pelo fato de o PT ter chegado aonde chegou, eu não vou desconstituir uma história, que precisa ser levada em conta, de muitos partidos políticos no Brasil.

Eu sou de uma geração mais recente, mas eu sei o que esses partidos fizeram, o que nós fizemos para construir a democracia. Eu acho que, em nome dela, nós precisamos preservar esses valores, porque senão a democracia pode, na reforma política, ser diminuída. Quanto mais partido, mais democracia.

É preciso ver, Deputado Newton Cardoso, qual é o sistema, como adequar isso, mas é uma tarefa para o Relator. Essas medidas bruscas — acaba com isso, acaba com aquilo — nem sempre são boas para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Lourival Mendes.

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar V.Exa pela coragem. É preciso ter coragem para dizer o que era preciso ser dito. Às vezes as pessoas só gostam de ouvir o que lhes convém ouvir. Nós lamentamos profundamente que elas se incomodem tanto com a verdade.

Eu não vou entrar no mérito da discussão, dado o adiantado da hora, mas tenho algumas inquietações que apresento neste início de noite, nostálgica, triste.

O grande problema não são os partidos políticos, principalmente os pequenos, o problema deste País são os homens que compõem os partidos políticos, especialmente os grandes partidos! São os escândalos que nós vemos estampados todos os dias. São algumas privatizações. Privatizam o que não é para ser privatizado neste País, as riquezas do nosso País! São os acordos, as pressões, os conchavos dos grandes partidos, que os pequenos partidos não podem fazer



porque não têm força. É a distribuição do fundo partidário, que os grandes partidos têm e os pequenos partidos não têm.

Mas está chamando a atenção, está incomodando, Governador, porque os pequenos partidos estão crescendo, estão tirando os espaços dos grandes partidos! E eles querem voltar ao bipartidarismo. Esse é o grande retrocesso.

Quero parabenizar a Deputada Jô. Eu conversava com o Governador Esperidião Amin, a quem dizia a ele, antes de ela fazer uso da palavra: *“Se querem acabar com a coligação proporcional, por que não acabam com a majoritária?”* Que interesse há em existir a majoritária e não existir a proporcional? Ou será que aqui está cheio de inocentes, num mundo impuro como este em que nós vivemos, em que não se sabe dos acordos e das composições nas coligações feitas pelos grandes partidos?

Os pequenos partidos não têm dinheiro, não têm direitos, não fazem pressão. Quem a faz são os grandes partidos. O PT, hoje, tem a Presidência da República, mas um dia foi pequeno, como todos os partidos, como também o PSDB.

Agora mesmo nós temos o exemplo neste País de um partido que está sendo fundado. Já tem praticamente 40 Deputados. Ou será que esta Casa é inocente para não saber que não há nenhum programa partidário envolvido? Ou será que eu estou errado? Não há lado, nem nada. Nunca se discutiu nada, mas tem quase 40 Deputados. A troca de quê? E agora querem acabar com os pequenos partidos.

Quero parabenizar o Presidente pela coragem.

Ninguém discute aqui a redução do mandato de Senador. Eu queria que algum de nós explicasse a este País por que um Senador tem 8 anos de mandato, e o Deputado, só 4?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - E por que há duas vagas numa vez e uma vaga na outra?

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Começam a explicar, e vai melhorando, Governador. V.Exa. está me ajudando.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - É a tradição brasileira...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - São indagações que me inquietam. Nunca vi aqui alguém abrir o livro preto da distribuição do fundo partidário para ver para onde foi o dinheiro, como foi, de onde veio...



O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Mas não se pode dividir igualmente...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Mas querem mexer nos pequenos partidos.

Eu tenho direito de sonhar, Governador Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sim, mas há um mínimo. Todo fundo partidário tem um mínimo...

O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES - Eu tenho direito de sonhar, Governador, de andar, de caminhar, de buscar, de correr atrás dos meus sonhos! É legítimo.

Isso é um retrocesso! O voto distrital é o curral eleitoral! Aqueles que defendem o voto distrital... O que é o voto distrital? É o voto localizado. É o voto do coronel. O que é isso, minha gente? Que conversa é essa? É triste, é lamentável. Estão rasgando algumas biografias.

Se existe o corrompido, é porque existiu o corruptor. Ambos são indecentes, imorais. Eu não aceito as manifestações em que não se dê nome aos bois. O País não pode conviver com essa situação.

Então, nós queremos destruir os pequenos partidos? É outra história. O que nós queremos é o biparditarismo? Nós queremos o partido forte? Aquele que é pequeno não serve? Se não servem para coligar entre si, por que vão coligar com outros, no caso da majoritária?

Eu fico triste. Lamento profundamente que estejamos chegando a essa situação.

Para mim, o melhor a se fazer neste País é um plebiscito. O PSB já se manifestou nesse sentido, o PDT estava se manifestando. Nós temos observado, pelo andar da carruagem, que a única intenção da reforma política é atingir os pequenos partidos. Como se os pequenos partidos, Sr. Presidente, tivessem promovido os grandes escândalos desta Nação. São os princípios que o povo está vendo...

Durante a campanha, os grandes partidos apresentam uma plataforma, e depois são os seus membros que entram na roda-viva. Mas os pequenos partidos é



que pagam. Os pequenos partidos é que não têm ideologia, os pequenos partidos é que são responsáveis pelo descrédito de tudo o que ocorre de ruim neste País.

Eu fico muito triste e lamento profundamente que nós nos reunamos para fazer a discussão nestes termos, desta maneira: a reforma eleitoral e política teria a intenção única e exclusiva de acabar com os pequenos partidos.

Sr. Presidente, a reformulação desta Casa foi de quase 47%, duzentos e trinta e poucos Deputados. E essa reforma não ocorreu nos pequenos partidos, Governador Azeredo, mas sim nos grandes partidos. Então, nós temos que largar os pequenos partidos, porque eles não incomodam a população. Quem incomoda a população são os grandes partidos políticos. Esse é o grande mal da Nação, os grandes partidos não querem mais largar o *status quo*, a situação em que estão vivendo.

Outro dia ouvi um comentário do Jabor, que dizia que ninguém larga o osso. É pressão para todo lado. Partido que tem 3, 4, 5 Deputados faz pressão em que governo? O que faz pressão é o que tem 50, 60, 80 Deputados. Esse faz pressão, esse toma cargo todo dia, esse toma Ministério todo mês. E querem continuar assim, em detrimento, Sr. Presidente, dos pequenos partidos, expondo os pequenos partidos como se eles fossem os vilões. Não é por aí.

Peço perdão aos senhores pela veemência das afirmações, se é que eu me exacerbei. Não tenho essa intenção. Mas é porque dói, dói dentro do nosso coração. Nós ficamos angustiados com situação como essa, porque até parece que somos nós dos pequenos partidos que estamos provocando o descrédito. Não é o partido que é desacreditado; os políticos é que são desacreditados. Não é o partido. Cada um tem que assumir a sua responsabilidade. Peço perdão aos senhores mais uma vez pela veemência das manifestações.

Quero dizer que nós nos colocamos contra a extinção dos pequenos partidos, contra as coligações proporcionais, contra o voto distrital, que é um retrocesso, lista fechada para proteger os presidentes de partido. Isso é só um engodo. Todos nós sabemos como funciona isso. Lamentamos profundamente.

Sr. Presidente, eu já sei do adiantado da hora.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade de me fazer ouvir nesta Comissão.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente, quero fazer uma complementação.

A renovação da Câmara não teve nada de diferente, Deputado. Ela tem sido a mesma nas últimas legislaturas, no mesmo percentual, de 40% a 45%. Já faz 20 anos que a renovação é a mesma. Portanto, não houve renovação diferente agora.

Eu reitero que não existe posição contra pequenos partidos. Existe a defesa de que o partido, aos poucos, vai alcançando representatividade e vai se impondo. Essa é a defesa. Ninguém está contra. Agora, existe partido, sim, que acaba aumentando a ridicularização da atividade parlamentar. Existe partido que vai para a televisão, usando o horário eleitoral, e aumenta a ridicularização. Não estou dizendo que são só eles. Os partidos grandes também têm as suas mazelas. Mas alguns partidos chamados nanicos aumentam essa ridicularização, sem que tenham expressão, sem que tenham representatividade real. Não é nada contra pequeno partido. Reitero o que eu disse aqui: pode haver dezenas de partidos, mas a representatividade tem que ser proporcional, tem que ser ponderada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado Daniel Almeida, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, um pouco de paixão é sempre bom na política. Nós temos verificado que, em alguns momentos, os pronunciamentos aqui são carregados de paixão, de emoção. Não acho que isso faça mal.

Penso que nós não devemos duvidar da legitimidade que cada Parlamentar desta Comissão recebeu do povo brasileiro para deliberar, para deliberar inclusive se haverá, após esse debate, um plebiscito, um referendo. Que encaminhamento nós vamos oferecer à sociedade a respeito desse tema? Acho que esse é o principal elemento da nossa atribuição, da nossa tarefa nesta Comissão. Nós devemos nos preocupar em apresentar à sociedade brasileira um resultado que esteja identificado o máximo possível, respeitando todas as diferenças de opinião e teses aqui esboçadas.

O elemento central deste debate é a liberdade, que é um fundamento da nossa Carta Magna: liberdade de expressão, liberdade de opinião, liberdade de



organização partidária e liberdade de associação. Nós devemos nos pautar por esse conceito fundamental e ver quais são os caminhos que aprimorem o nosso sistema eleitoral, buscando avançar, buscando democratizar mais as relações políticas na sociedade brasileira. Nós não somos o pior modelo, temos mazelas. Já foi dito aqui algumas vezes que não vamos encontrar um sistema ideal. Por isso este debate é tão difícil, tão diverso, suscita tantas opiniões e paixões.

No entanto, penso que esses temas que estão sugeridos hoje não fazem parte daquilo que é essencial para uma reforma eleitoral, para uma reforma política. Não que não sejam importantes, não que não alterem o processo político que está em curso, têm potencial para produzir modificações, mas, repito, não acho que sejam o elemento essencial. O elemento essencial que eu imagino deva merecer uma análise, um aprofundamento e participação maior da sociedade é o financiamento da campanha eleitoral e o sistema eleitoral, em relação a que não temos convergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Daniel Almeida, antes de V.Exa. entrar nesse aspecto, peço a V.Exa. um aparte para me reportar àquela primeira parte da fala de V.Exa., fazendo apenas uma indagação. Por que o Parlamento brasileiro em dado momento decidiu pelo encaminhamento de um plebiscito para definir o sistema de governo, se parlamentarista ou presidencialista? Por que, em dado momento, o Congresso Nacional entendeu que deveria consultar a população acerca do uso de armas? Por que na própria Constituição existem esses instrumentos da democracia direta? Para que eles existem e por que eles existem?

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Nobre Presidente, eu não estou negando essa hipótese, até defendo que, no final desse processo, tenhamos condições de consultar o eleitor brasileiro. O que eu não aceito é a tese de que nós não estamos legitimados para deliberar nesse ambiente. Nós estamos aqui com absoluta legitimidade, inclusive para deliberar sobre fazer ou não plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Digamos, então, que V.Exa. entenda que está legitimado a tomar essas decisões. Mesmo assim, eu ainda pergunto: onde está a ofensa ao se dizer que V.Exa. não está legitimado?



O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu defendo o direito de V.Exa. defender essa tese. Eu estou aqui falando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O que é a legitimação? Eu queria saber qual foi a agressão ao se afirmar que o Congresso não está legitimado diante da população para dizer qual é o sistema eleitoral, de voto, mais adequado. Usamos o plebiscito por entender que a legitimidade está na opinião do povo. Buscamos, por meio desse instrumento da democracia direita, a decisão popular, por não nos sentirmos em condições de tomar a decisão, não nos sentirmos legitimados para tanto.

Com toda a sinceridade, as pessoas não estão acostumadas a ouvir aquilo que não querem ouvir. Ou, ao longo dos anos, não houve alguém para discordar do partido A ou do partido B, porque acha que, estando no poder, não pode ser contestado.

Era só isso.

Desculpe-me por ter interrompido o pronunciamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Não era minha intenção travar um debate com V.Exa. a esta altura, quando a Comissão já se encontra esvaziada. Defendo o direito de V.Exa. ter sua opinião, que respeito, ainda que discordando dela, como V.Exa. tem o direito de discordar do meu ponto de vista.

Prosseguindo, Sr. Presidente, quero dizer que a tradição brasileira é de multipartidarismo. Essa é a tradição brasileira. Em alguns momentos tivemos o bipartidarismo, mas, sobretudo quando durou mais tempo, por imposição ditatorial. Tão logo passou a haver maior liberdade, a sociedade brasileira se posicionou pela liberdade de organização partidária e pelo multipartidarismo. Essa é a nossa tradição.

Quem define quantos são os partidos e que tamanho eles devem ter é a população brasileira, no seu livre exercício de manifestação política, de posicionamento sobre as ideias, as teses, os projetos que desfilam na sociedade. Os partidos que não têm projeto, que não têm tese, que não têm quadros, que não se organizam, esses vão nascer e desaparecer naturalmente. Esse é um elemento central de nosso processo de organização política.



Por essa razão, acho que não é procedente estabelecermos mais limites, mais barreiras. Nós já temos a barreira do quociente eleitoral, que em Estados que elegem oito Deputados está na faixa de 12%. Na minha opinião, devemos acabar com o quociente eleitoral, para que aqueles que não alcançaram o quociente na primeira divisão possam participar da distribuição de vagas, em condições de igualdade, com a sobra dos outros partidos. Não há razão para se manter essa barreira, muito menos qualquer outra. Qual é a razão? Não há. O próprio STF já deliberou sobre isso, também quanto ao mérito, conceituando que deveria haver igualdade de chances de organização e de participação no processo político-eleitoral brasileiro.

Da mesma forma a questão da coligação. Eu ainda não consegui entender por que acabar com a coligação, se ela é voluntária. Não se obriga que se coligue. É um ato de vontade das forças políticas que queiram fazer desse jeito. Ninguém é obrigado a se coligar. Por que, então, proibir a coligação? Que mal pode fazer à democracia? Que mal pode fazer aos partidos políticos? Só se pode deduzir que isso é para impedir que partidos e ideias que vão surgindo na sociedade, e que têm crescido, possam continuar crescendo e possam desempenhar um papel mais relevante.

Como já foi dito aqui, acabar com a coligação proporcional para eleger os membros do Legislativo, mas não do Executivo, na disputa majoritária, não tem nenhuma coerência. Nós não podemos aceitar teses casuísticas, e, nesse caso, acho que é uma tese casuística. Regras temos que ter. Diferenças temos que respeitar. E já há diferenças, no que diz respeito a fundo partidário, tempo de televisão; todo o funcionamento partidário já leva em conta a força e o tamanho político de cada corrente que se organiza na sociedade brasileira. Isso já está sendo praticado, isso é evidente.

A meu ver, deveríamos fazer regras para acabar com as tais comissões provisórias. Nesse caso, sim, o partido age como caudilho; de cima a baixo, as pessoas mudam as direções do partido de acordo com a sua vontade. Comissão provisória é comissão provisória; é preciso um tempo para se transformar em comissão permanente. O próprio nome já identifica qual é o seu mérito, qual é o seu



conteúdo. São regras que, acho, têm que ser estabelecidas, para não se permitir o caudilhismo, o autoritarismo de organizações partidárias.

Quanto a federação partidária, Sr. Presidente, também não vejo mal nenhum. Pode haver federação partidária. Quem quiser fazer faz; quem não quiser fazer não faz a federação partidária. Organização de partidos políticos tem normas, tem regras, que estão aí postas. Quando se quer, faz, como estão fazendo agora. Ou se pode fazer de outro jeito, vindo de baixo.

Eu não vejo, portanto, esses elementos que estão postos aqui como aqueles essenciais, que determinam se essa reforma política que estamos propondo vai ser mais ou menos avançada.

Sr. Presidente, eram essas as contribuições que eu queria apresentar, no final deste debate acalorado que fizemos aqui nesta tarde, quase noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. as palavras.

Gostaria apenas de citar um dispositivo do Regimento Interno, a propósito do que disse o Deputado José Guimarães, o § 2º do art. 17, que diz expressamente que, *“para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a presidência ao seu substituto (...)”*. Isso foi exatamente o que eu fiz durante a reunião. O Presidente William Dib apenas sugeriu que aqui eu permanecesse, embora a presidência estivesse com ele. Aliás, eu costumo usar uma expressão popular: a presidência está onde o presidente se encontra. O Presidente estava ali, e dali eu estava presidindo. Falei como Deputado.

E, como Deputado, eu não permitirei, em hipótese alguma, que nenhum par venha cercear o meu direito. Com toda a tranquilidade, eu não usei aqui qualquer expressão que diminuísse a estatura parlamentar de quem quer que seja. O que eu disse — eu já repeti e vou frisar novamente — foi o seguinte: *“Diante do conflito de interesses, e de estarmos aqui a votar o sistema eleitoral, pelo qual eu sou eleito, eu entendo que a legitimidade de decidir é da população, e não minha, ou de nós Congressistas”*.

Os instrumentos da democracia direta existem exatamente para isso. Eles estão na Constituição Federal. Entre eles, o plebiscito. O plebiscito é exatamente



para isto: fazer a consulta deliberativa à população. A população decide, e o Congresso regulamenta.

No referendo, como todos sabemos, é o contrário: o Congresso toma uma decisão e vai buscar a palavra da população, se ela reafirma ou não, se ela referenda ou não, se ela ratifica ou não, se ela concorda ou não.

Se, em dado momento, nós tivéssemos legitimidade para decidir acerca de tudo, nós não convocaríamos plebiscito. Nós decidiríamos tudo, sem fazer nenhuma convocação de plebiscito. Convoca-se plebiscito exatamente por isso.

Agora, eu, particularmente, entendo que, pela lei da sobrevivência natural, eu não vou decidir contra os meus interesses. E, que são interesses pessoais e de grupos e de partidos, são.

Antes de encerrar a reunião, quero reafirmar tudo aquilo que eu disse. São interesses pessoais? São interesses pessoais. Legítimos? São. Mas em conflito com os interesses da sociedade. Mas são interesses pessoais? São. E por que eu vou dizer que os interesses pessoais não podem ser legítimos e/ou ilegítimos? São ilegítimos na medida em que se conflitam com os interesses coletivos. Por essa razão, eu assumi essa posição, e tenho assumido nos encontros, no País inteiro.

Eu entendo que sobre sistema eleitoral, até por se tratar de cláusula pétrea, diante da proposta da lista fechada, preordenada, é cláusula pétrea, quando lá se estabelece que o voto é direto. Nós não temos legitimidade para decidir. Mas o Congresso vai querer decidir em algum momento, e que decida dessa forma, para logo depois o Supremo Tribunal Federal ser questionado e tomar a decisão. Aí, sim, quando toma a decisão, faz o que aconteceu recentemente.

Mas se o Congresso, pela sua maioria, acha que isso não lhe causa pejo, dizer, por exemplo, que a Lei da Ficha Limpa é inconstitucional e que foi aprovada aqui por todos, se acha que isso não é vergonhoso, conviva exatamente com esse tipo de ação.

Perdoem-me, desculpem-me, mas eu não vou, em hipótese nenhuma, alterar o meu perfil. O meu perfil tem de se subordinar ao Regimento e à lei, e eu faço com que as minhas ações sejam subordinadas ao Regimento e à lei. Agora, dentro do Regimento e da lei, eu não vou subordinar a minha ação parlamentar.



Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o próximo dia 2 de junho, quinta-feira, para realização de audiência pública.

Declaro encerrada a presente reunião.